



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (PPG IELA)

**PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO:
FRAGMENTOS DE MEMÓRIA EM SÃO PEDRO DO IVAÍ-PR**

RENATA DE OLIVEIRA MANFIO

Foz do Iguaçu

2021

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

**PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO:
FRAGMENTOS DE MEMÓRIA EM SÃO PEDRO DO IVAÍ-PR**

RENATA DE OLIVEIRA MANFIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Profa. Dra. Giane da Silva Mariano Lessa.

Foz do Iguaçu

2021

RENATA DE OLIVEIRA MANFIO

**PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO:
FRAGMENTOS DE MEMÓRIA EM SÃO PEDRO DO IVAÍ-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Giane da Silva Mariano Lessa

UNILA

Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo

UNILA

Prof. Dr. Ladislao Homar Landa Vasquez

UNILA

FICHA CATALOGRÁFICA EMITIDA PELA BIBLIOTECA DA UNILA

M276p

Manfio, Renata de Oliveira.

Patrimônio cultural arqueológico: fragmentos de memória em São Pedro do Ivaí-PR / Renata de Oliveira

Manfio. - Foz do Iguaçu, 2021.

87 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Profa. Dra. Giane da Silva Mariano Lessa.

1. Memória. 2. Arqueologia. 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 4. Patrimônio cultural - Paraná. 5. História. I. Lessa, Profa. Dra. Giane da Silva Mariano. II. Título.

CDU 904(816.2)

Dedico este trabalho à minha mãe,
Marta, por todo apoio e incentivo em
minhas jornadas. Te amo!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de esforço coletivo. As ideias aqui integradas só puderam ser defendidas em decorrência das grandes contribuições que recebi de pessoas. Isto posto, agradeço:

À minha professora orientadora, Giane da Silva Mariano Lessa, não só pela orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, paciência e pelas ótimas palavras, sempre confiando em meu potencial e inspirando-me.

À minha família, meu pai João e meu irmão Rodrigo e em especial à minha mãe Marta por todo apoio, incentivo e por sempre acreditar em mim. Obrigada pelo amor incondicional!

Às grandes amizades que a vida me proporcionou que fazem jus à frase clichê “nem toda distância é ausência”, muito obrigada por tudo!

Aos amigos do IELA, e aos amigos que tive o privilégio de conhecer durante o período de mobilidade acadêmica na PUCP em Lima. Obrigada por dividirem comigo as angústias e alegrias dessa loucura que é a vida acadêmica.

Aos moradores/as de São Pedro do Ivaí que no decorrer desses cinco anos pesquisando sobre arqueologia na região, tive o privilégio de conhecer e ser recebida em suas casas ou local de trabalho. Obrigada aos que contribuíram na composição desse trabalho cedendo suas memórias por meio das entrevistas, e, agradeço também aqueles/as que mesmo não participando das entrevistas me apoiaram na pesquisa e contribuíram com bons momentos de proza. Obrigada pelas refeições, pelas andanças nos sítios ou na cidade, pelos presentes, pelas conversas e causos compartilhados comigo. Esses momentos são carregados de afetos em minhas memórias. Meu muito obrigada também para Leandro Estevão Gomes, idealizador do blog “São Pedro do Ivaí Histórico”, infelizmente não pudemos nos encontrar para a entrevista, mas o contato com o Leandro contribuiu com indicações de entrevistas entre os/as moradores/as, sem contar que o ponta pé inicial deste trabalho veio depois do meu conhecimento sobre o blog.

Agradeço especialmente à memória de Luiz Gonzaga Rainato (Zaga). Foi o contato com o livro “A história do Nosso Município” de autoria do Zaga que iniciei os estudos sobre Patrimônio em São Pedro do Ivaí. Sou muito grata por tê-lo conhecido em fevereiro de 2019, mesmo com câncer em estado avançado, Zaga me

recebeu nas instalações da Secretaria da Educação, participou das entrevistas e me presenteou com informações sobre os Guaranis da região e exemplares de seus livros. Infelizmente, em setembro do mesmo ano, Zaga faleceu deixando além de seus entes queridos, um livro inacabado sobre os Guaranis da região. Agradeço com carinho sua contribuição na composição deste trabalho.

E, por fim, mas não menos importante, a agradeço à VIDA. Realizei essa pesquisa em um período de intenso sucateamento das universidades públicas, e tive que contar com auxílio de editais oferecidos pela UNILA para realizar trabalhos e as pesquisas de campo. Essa situação de descaso e falta de investimentos nas universidades públicas se intensificou com a eleição presidencial em 2018, e em 2020 esse trabalho atravessou uma pandemia (COVID-19) que foi motivo de deboche de várias autoridades políticas. Tal conjuntura reforçou o que já sabíamos: estamos sob um governo negacionista e que odeia a ciência. Todo esse contexto foi muito doloroso e me trouxe momentos de extrema ansiedade e por diversas vezes pensei em desistir, mas ao mesmo tempo essa situação me trouxe lucidez e reforçou minha luta e persistência na pesquisa e na defesa de uma Educação Superior Pública e de qualidade, frente à defesa da ciência de nosso país. Então, sou grata à minha energia vital e combativa em relação à essas políticas que auxiliam na degeneração e desestruturação da educação pública de modo geral.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo questionar como os habitantes do município de São Pedro do Ivaí-PR constroem suas memórias em relação ao patrimônio arqueológico do município/região. Se faz necessário um estudo por meio de entrevistas com a população local para discutir a partir desses diálogos, histórias, memórias e culturas que vivem/sobrevivem em São Pedro do Ivaí-PR a par da relação que a população estabelece com o patrimônio arqueológico. Trata-se de um trabalho de cunho transdisciplinar tomando como base teórica o conceito de memória social, portanto, neste trabalho dispomos de aportes da história, arqueologia, geografia, antropologia – entre outras áreas, com contribuições que são relacionadas às memórias dos/as entrevistados/as. Considerando que a memória social é sucessivamente reinventada pelos grupos sociais interessados, propomos uma discussão sobre as memórias que transpassam a cidade a partir do patrimônio cultural material do município.

Palavras-chave: Memória. Arqueologia. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. Patrimônio cultural - Paraná. História.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo cuestionar cómo los habitantes del municipio de São Pedro do Ivaí-PR construyen sus memorias en relación con el patrimonio arqueológico del municipio/región. Se hace necesario un estudio por medio de entrevistas con la población local para discutir a partir de esos diálogos, historias, memorias y culturas que viven/sobreviven en São Pedro do Ivaí-PR a la par de la relación que la población establece con el patrimonio arqueológico. Se trata de un trabajo de cuño transdisciplinario, el cual toma como base teórica el concepto de memoria social, por lo tanto, en este trabajo disponemos de aportes de la historia, arqueología, geografía, antropología - entre otras áreas, con contribuciones que están relacionadas con las memorias de los/as entrevistados/as. Considerando que la memoria social es reinventada sucesivamente por los grupos sociales interesados, proponemos una discusión sobre las memorias que traspasan la ciudad a partir del patrimonio cultural material del municipio.

Palabras clave: Memoria. Arqueología. Enfoque interdisciplinario del conocimiento. Patrimonio cultural - Paraná. Historia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema de ocupação humana no Estado do Paraná	17
Figura 2 – Tipos de vasilhames da tradição Itararé-Taquara	20
Figura 3 – Morfologia da cerâmica Tupiguarani	21
Figura 4 – Mapa de localização da Província del Guairá	24
Figura 5 – Mapa das terras Indígenas do Paraná em 2020	34
Figura 6 – Fragmento de lâmina de machado ancoriforme polida.....	67
Figura 7 – Pontas de projétil vinculadas a conjuntos da Tradição Umbu	68

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Frente da biblioteca municipal de São Pedro do Ivaí-PR.....	49
Fotografia 2 – Vaso com representações iconográficas	50
Fotografia 3 – Vaso com representações iconográficas	51
Fotografia 4 – Fragmento de cerâmica escovado.....	63
Fotografia 5 –Mão de pilão sobre núcleo de basalto	69
Fotografia 6 – Reconstituição de pilão baseada em seu fragmento	69
Fotografia 7 – Tipologia cerâmica: a)Ungulado, b e c) Ungulado tangente	70
Fotografia 8 – Conjuntos funerários 1 e 2 da área dp sítios PR PL 29	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População Indígena e Não-Indígena no Paraná em 2010.....	30
Gráfico 2 – População Indígena no Paraná e no restante do Brasil em 2010.....	30

Gráfico 3 – Áreas das Terras Indígenas e Não-Indígenas no Paraná.....	31
Gráfico 4 – Entrevistas - respostas positivas.....	59
Gráfico 5 – Entrevistas - respostas negativas	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Terras Indígenas no Paraná	32
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CMNP	Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UEM	Universidade Estadual de Maringá

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	15
2 SOBRE O PASSADO ARQUEOLÓGICO	17
2.1 O “NOVO, NOVÍSSIMO” NORTE DO PARANÁ.....	22
2.1.1 PARANÁ INDÍGENA.....	27
2.1.1.1 PARANÁ INDÍGENA ATUAL	29
3 SOBRE MEMÓRIA SOCIAL.....	36
3.1 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.....	39
3.1.1 ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	43
3.1.1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	47
4 FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS EM SÃO PEDRO DO IVAÍ.....	49
4.1 A QUESTÃO INDÍGENA E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICE.....	82
APENDICE A - QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS EM SÃO PEDRO DO IVAÍ- PARANÁ.....	82
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO.....	83

ANEXOS	84
---------------------	-----------

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi idealizada a partir de uma experiência de resgate arqueológico às margens do Rio Ivaí no município de São Pedro do Ivaí-PR, quando fui aluna do curso de especialização em Arqueologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e participei de meu primeiro salvamento arqueológico. Foram três meses da disciplina “MÉTODOS E TÉCNICAS DE CAMPO E LABORATÓRIO APLICÁVEIS A SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS” ministrada pelo Prof. Dr. Igor Chmyz, através da qual tivemos contato com vestígios de caçadores-coletores (estimativa de 5.000 anos a.p)¹, e ceramistas da tradição Tupiguarani² e Itararé-Taquara³. Durante o curso tomei conhecimento sobre arqueólogos/as que estavam trabalhando na cidade a mando da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), realizando salvamento arqueológico para que novas linhas de transmissões fossem instaladas na região. Também durante o curso, tive contato com engenheiros da VIAPAR-Rodovias Integradas do Paraná que, assim como eu, eram alunos no curso de especialização - esses colegas trabalhavam com as construções de estradas no estado do Paraná. A falta de profissionais de arqueologia no estado e a necessidade dos mesmos (uma vez que o IPHAN e a legislação ambiental⁴ exige salvamento

¹ Relatório final do sítio está disponível para consulta por meio do processo N° 01508-000759/2016-10 no SEI-IPHAN (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>). Acesso em 10 mar. 2021.

² Aqui tradição Tupiguarani entendemos segundo o que foi proposto pelo PRONAPA: “Após as considerações de possíveis alternativas, não obstante suas conotações linguísticas, foi decidido rotular como Tupiguarani (escrito numa só palavra) esta tradição ceramista tardia amplamente difundida, considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia e também a informação etno-histórica estabeleceu correlações entre as evidências Arqueológicas e os falantes de línguas Tupi e Guarani ao longo de quase todo o território brasileiro” (PRONAPA, 1969)

³ O Professor Igor Chmyz definiu uma fase cerâmica denominada Fase Itararé, reconhecida no nordeste do Paraná na divisa com São Paulo. (CHMYZ, 1967).

⁴ RESOLUÇÃO CONAMA N° 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www.ima.al.gov.br/wizard/docs/resolu%c3%87%c3%83o%20conama%20n%c2%ba001.1986.pdf>> Acesso em 10 mar. 2021

arqueológico em obras de grandes impactos⁵) fez com que eu iniciasse uma série de questionamentos em relação a esses empreendimentos e as cidades/comunidades em que são realizados os mesmos. Ou seja, comecei a pensar no papel da arqueologia na contemporaneidade.

A partir deste contato, percebi que a arqueologia tem se deparado com situações cada vez mais desafiadoras durante seu trabalho de campo. Os contextos onde os vestígios materiais estão localizados em áreas ocupadas atualmente por comunidades, pequenas vilas e fazendas, dizem respeito não só a vida das pessoas que os produziram e utilizaram no passado, mas possuem significados para diferentes pessoas que entram em contato hoje com esses vestígios. Em 2016, conversei com alguns moradores da cidade que visitavam o sítio onde estávamos escavando, alguns nos olhavam curiosos e outros estavam a passeio no museu arqueológico Dois Palmito⁶ (o Prof. Halim, proprietário da fazenda que também foi discente no curso de especialização, criou uma espécie de museu às margens do Rio Ivaí com intuito de salvar o material arqueológico da região). Perguntava à algumas dessas pessoas se tinham conhecimento sobre os povos indígenas que ali habitaram no pretérito, e a resposta era negativa para alguns, outros (que vivem na zona rural) diziam que encontravam corriqueiramente “isso aí” enquanto apontavam para machadinhos, material lítico e fragmentos cerâmicos. Pejorativamente alguns me diziam que “tudo isso aí” se tratava de “coisa de índio”

⁵ PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 60, de 24 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cglic/pdf/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20No%2060.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2021. “Todos os sítios arqueológicos têm proteção legal e quando são reconhecidos devem ser cadastrados no cadastro nacional de sítios arqueológicos (CNSA). Com a criação do centro nacional de arqueologia (CNA) o IPHAN atendeu à necessidade de fortalecimento institucional da gestão desse patrimônio, normatizada pelo decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009. Cabe ao CNA, a elaboração de políticas e estratégias para a gestão do patrimônio arqueológico, a modernização dos instrumentos normativos e de acompanhamento das pesquisas arqueológicas que, em duas décadas, aumentaram de cinco para quase mil ações por ano.” Informação disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>>. Acesso em 10 mar. 2021.

⁶ A denominação Dois Palmitos se dá em relação ao bairro homônimo no qual se situa a Fazenda Santa Filomena (CHYMZ, 2019). Pela população é popularmente conhecido por “Dois Palmito” - no singular. Neste trabalho optamos por mencionar o bairro e/ou museu na mesma denominação que são conhecidos pelos/as moradores/as.

dando a entender que havia certo desdém em relação, inclusive, ao nosso trabalho com o patrimônio cultural da cidade.

Nas primeiras investigações, identifiquei sinais de que o patrimônio arqueológico não era de conhecimento dos moradores. Esse “desconhecimento” do potencial Cultural que o município abrange gera uma problemática, uma vez que a própria população não tem percepção dos grupos que ali estiveram, e nem mesmo as práticas culturais que foram estabelecidas. Portanto, me pareceu oportuna a ideia de realizar a pesquisa, tendo em vista a proposta de questionar a memória social dos sujeitos em relação ao patrimônio arqueológico da região.

O conceito de memória social é importante para esse trabalho, pois sabemos que a memória é tecida pela conjunção entre lembrança e esquecimento diante dos interesses atuais, permanecendo em constante construção a partir dos questionamentos que são abordados (GONDAR, 2016). Faz-se necessário entender como os habitantes de São Pedro do Ivaí produzem memórias em relação ao patrimônio arqueológico da região, bem como se relacionam com os objetos arqueológicos. Para responder a essas questões, optei por realizar entrevistas entre os/as moradores/as da cidade, que muitas vezes conversavam comigo sobre o patrimônio e a temática indígena, mas não aceitavam gravar entrevistas, por um visível receio. Minha primeira ida a campo foi em fevereiro de 2019, onde permaneci por 8 dias e foi nesse período que fiz contato com os moradores (não conhecia nenhum residente de São Pedro do Ivaí), visitei a biblioteca municipal, a Secretaria da Educação e tentei contato com a Prefeitura (sem êxito) para obter documentos que poderiam me auxiliar na escrita desse trabalho. Em dezembro do mesmo ano, retornei à cidade para realizar mais entrevistas. No total foram 16 pessoas que aceitaram ter as entrevistas gravadas. Ressalto que entre conversas informais e pessoas que me passaram informações a respeito dos sítios e dos materiais arqueológicos, estimo que tive contato com um número que ultrapassa 50 pessoas, contudo, o receio em ceder a gravação era evidente. Constatei em vários momentos olhares receosos dos moradores quando questionava sobre os povos originários da região, muitos resistiam ao falar e respondiam apenas “eu não sei de nada”, “aqui não tem índio”, “(fulano) é quem sabe”, “porque você gosta dos índios?”, exemplos de algumas expressões que escutei. O sociólogo Michael Pollak (1989), afirma que

os silêncios são moldados pela angústia de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLAK, 1989, p.6).

Tais questionamentos me causaram certa estranheza, num primeiro momento acreditava que a população desconhecesse o patrimônio e os povos indígenas que habitaram a região no pretérito, visto as expressões que chegaram até mim. Contudo, após minha primeira ida até a biblioteca municipal fiquei confusa e intrigada, pois me deparei com a representação de um indígena e cerâmicas com decorações similares às iconografias dos povos originários. Percebi que existem signos sobre a temática indígena na cidade, mas que ainda assim, há desconhecimento por parte da população.

1.1. TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A relevância desta pesquisa está sustentada pela convicção de que, ao estudarmos a memória dos moradores de São Pedro do Ivaí, estamos contribuindo para o registro, a preservação do patrimônio e abertura espaço para evocar memórias esquecidas ou marginalizadas pela memória oficial, as quais Pollak (1989) nomina como “memórias subterrâneas”. Para auxiliar no entendimento da problemática e por contribuir com a escolha metodológica, entre teóricas da memória social, atente-me aos trabalhos da psicanalista Jô Gondar (2005; 2016) e da socióloga Elizabeth Jelin (2002), contudo, por se tratar de uma pesquisa de cunho transdisciplinar entram em debate pesquisadores/as da história, arqueologia, geografia, antropologia – entre outras áreas, com contribuições que são relacionadas às memórias dos/as entrevistados/as.

No primeiro capítulo, **SOBRE O PASSADO ARQUEOLÓGICO**, procuro demonstrar através da exposição das pesquisas historiográficas e arqueológicas os trânsitos culturais que ocorreram na região onde se localiza o município de estudo. Demonstro também a presença do discurso do "Norte do Paraná" e como ele continua reiterando uma narrativa construída basicamente entre os anos 1930 e 1950, através daqueles que acreditam nela, os seus continuadores. Além disso, compõem esse capítulo discussões a respeito de grandes conflitos que ocorreram com os povos indígenas e trago um panorama dos indígenas que vivem no estado.

No segundo capítulo, **SOBRE MEMÓRIA SOCIAL**, os debates acerca do campo transdisciplinar, que são a memória e as discussões relacionadas entre memória e patrimônio, contribuem para compreendermos as problemáticas que estão envolvidas com esses conceitos. Ainda nesse capítulo, são evidenciados os estudos pós-processualistas da Arqueologia, que visam a subjetividade das interpretações arqueológicas, bem como contribuições da subárea denominada “arqueologia pública”. Ao final desse capítulo, as entrevistas são evidenciadas como ferramenta metodológica na composição desse trabalho.

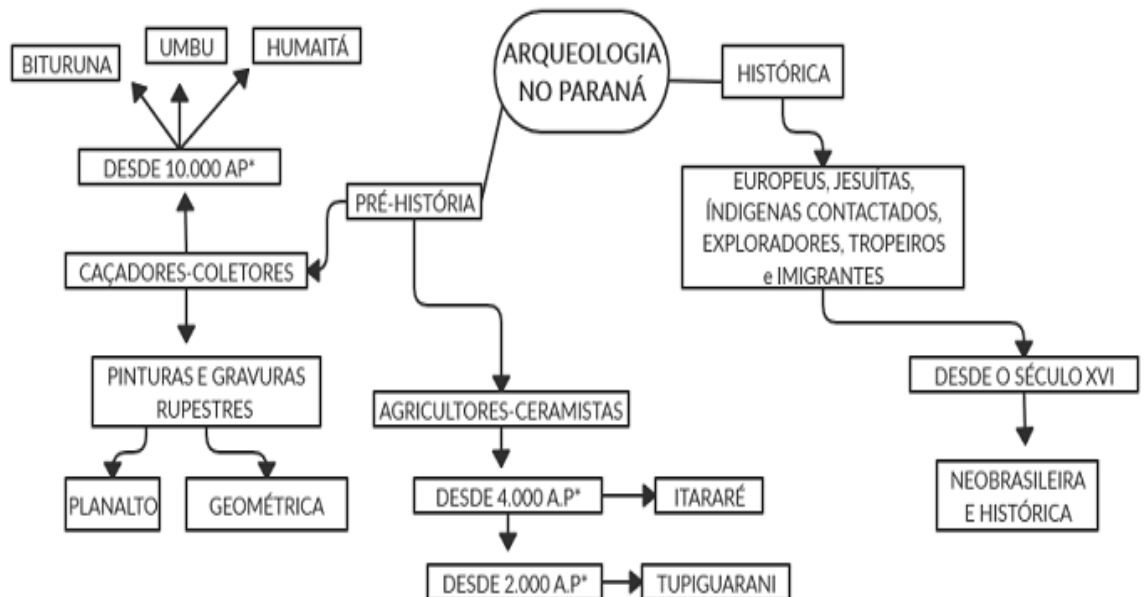
No terceiro capítulo, **FRAGMENTOS DE MEMÓRIA EM SÃO PEDRO DO IVAÍ**, procuro analisar as memórias dos/as entrevistados/as de acordo com o questionário pré-definido (Apêndice A). As narrativas se iniciaram com as histórias relacionadas à colonização do município, quando o território situado ao norte do estado do Paraná foi todo (re)ocupado e estruturado com base nas conexões e pressupostos capitalistas. As entrevistas foram se direcionando para a temática indígena, pelas quais pôde-se constatar violências, esquecimentos e denúncias que foram tomando rumo para questões a respeito do patrimônio arqueológico e o contato entre patrimônio e as pessoas entrevistados/as. Após a análise realizada acerca da relação das pessoas com esse patrimônio, são propostas algumas ideias com referência à disputa de memórias.

Por fim, a partir das análises feitas com base nos aportes teóricos já referidos, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. SOBRE O PASSADO ARQUEOLÓGICO

Com base nas pesquisas arqueológicas acadêmicas e de contrato⁷, o “novo, novíssimo” território que ocupa o Norte do Estado do Paraná apresenta vestígios do trânsito e estabelecimento efetivo de grupos humanos desde aproximadamente 10.000 anos AP, sendo que também foi cenário de expressivos eventos históricos desde o início do período colonial, os quais são igualmente abordados pela arqueologia.

Figura 1- Esquema de ocupação humana no Estado do Paraná.



A.P* - Antes do presente

Fonte: Elaboração própria de acordo com pesquisas arqueológicas.

⁷ Arqueologia de contrato se refere ao campo de atuação profissional que arqueólogos/as podem seguir no Brasil, onde os profissionais de arqueologia são empregados por empresas públicas ou privadas para a realização do licenciamento (concessão de permissão, licença) do projeto que a empresa quer implementar.

Os estudos arqueológicos nos permitem distinguir rupturas, continuidades, contatos interétnicos, deslocamentos, manifestações artísticas, simbólicas e outros eventos associados a esses povoadores originais. De acordo com a arqueóloga Claudia Parellada (2013), a ocupação pretérita do Paraná como se conhece hoje, remonta há mais de 10.000 anos, e foi território tomado por indígenas pertencente aos ancestrais dos atuais povos Kaingang, Xokleng, Xetá e Guarani. (PARELLADA, 2013, p. 29-30).

De maneira geral, o conjunto de características tecnológicas e os padrões de assentamento intrínsecos a cada um desses povos demandou, no Paraná, a nomenclatura corrente (porém não consensual) que designa como Tradições Arqueológicas Bituruna, Humaitá e Umbu, povos pré-ceramistas que há quase dez milênios valiam-se de uma variada e aprimorada indústria lítica para a exploração dos recursos naturais disponíveis. As pontas de projéteis (fosseis-guia), facas, raspadores e cavadeiras são os principais artefatos diagnósticos preservados dessas tradições.

Segundo a arqueóloga, os sítios arqueológicos da tradição Bituruna, “apresentam grandes pontas de projéteis pedunculadas e foliáceas, bem como uma variedade de raspadores, elaborados sobre lascas, microlascas e lâminas” (PARELLADA, p.30, 2013). Os da Tradição Humaitá são sítios pré-cerâmicos que não possuem pontas de projétil líticas, porém apresentam muitos artefatos elaborados sobre bloco, dentre os quais se destacam bifaces, talhadores, enxós, raspadores e furadores, associados a muitas lascas. São característicos os sítios-acampamento, multifuncionais, a céu-aberto, junto a cursos d’água, e mais raros, os em abrigos (PARELLADA, p.32, 2013). A Tradição Umbu apresenta os sítios pré-cerâmicos caracterizados, principalmente, pela grande presença de pontas de projéteis. A ocupação destas populações foi tanto em abrigos, sempre que os mesmos estivessem naturalmente disponíveis, como a céu aberto (SCHMITZ, 1991 *apud* PARELLADA, 2005, p. 33).

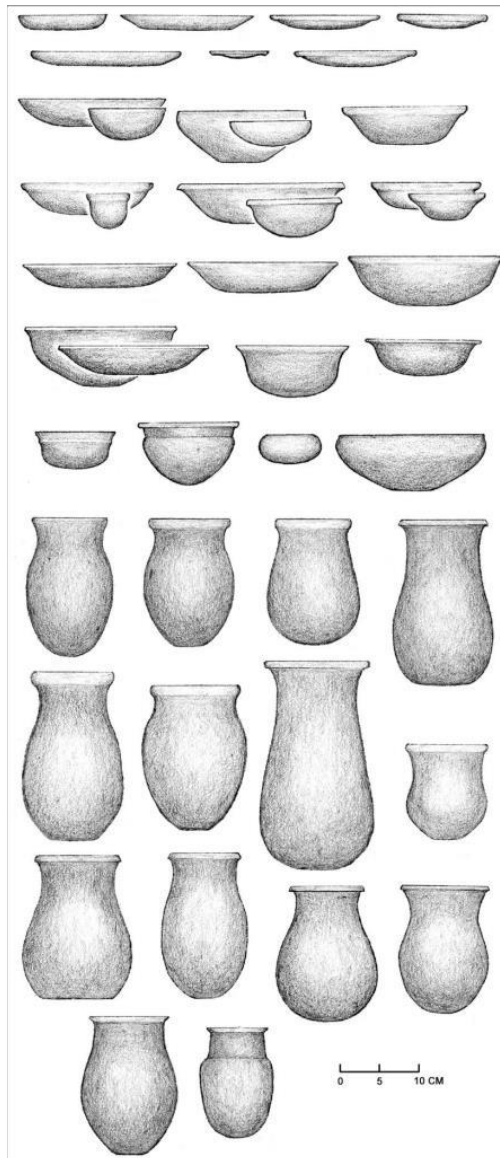
A arqueóloga também evidencia o que nos vales dos rios Iguaçu, Tibagi, Ivaí, Ribeira e litoral, os primeiros vestígios de ocupações horticultores e ceramistas no norte do estado do Paraná são datados de 4.000 AP (PARELLADA, 2013). Os grupos Jê, agricultores ceramistas que migraram do Brasil central em direção ao sul, provavelmente estabeleceram contato com os grupos caçadores coletores que aqui

(Paraná) se encontravam e resultaram em intensa troca genética (PARELLADA, 2005).

Os grupos ceramistas, do estado do Paraná em geral, estão relacionados a dois troncos linguísticos, sendo estes subdivididos em tradições de terminologia constante (contudo não consensual). No tronco Macro-Jê, temos as tradições Itararé e Casa de Pedra e, no tronco Tupi dispomos da tradição Tupiguarani, tais grupos povoavam quase a totalidade do Paraná desde pelo menos o início da Era Cristã. A domesticação de algumas plantas e animais, assim como aportes demográficos, entre outros fatores, promoveu uma nova relação socioambiental, levando-os à fixação mais prolongada e estruturada em espaços maiores. A confecção de vasilhas com formas e acabamentos diferenciados, paralelamente a uma produção de artefatos líticos polidos, como lâminas de machado e mãos de pilão, servem como referência para distinção entre as tradições arqueológicas ceramistas.

Os primeiros grupos agricultores ceramistas foram classificados como pertencentes à tradição cerâmica Itararé-Taquara que estão relacionados com as casas subterrâneas encontradas em toda região sul brasileira (PARELLADA, 2008, p. 101). Posteriormente, registros arqueológicos evidenciam a chegada dos Tupiguarani, que ocuparam os vales e as terras adjacentes de quase todos os grandes rios e de seus afluentes.

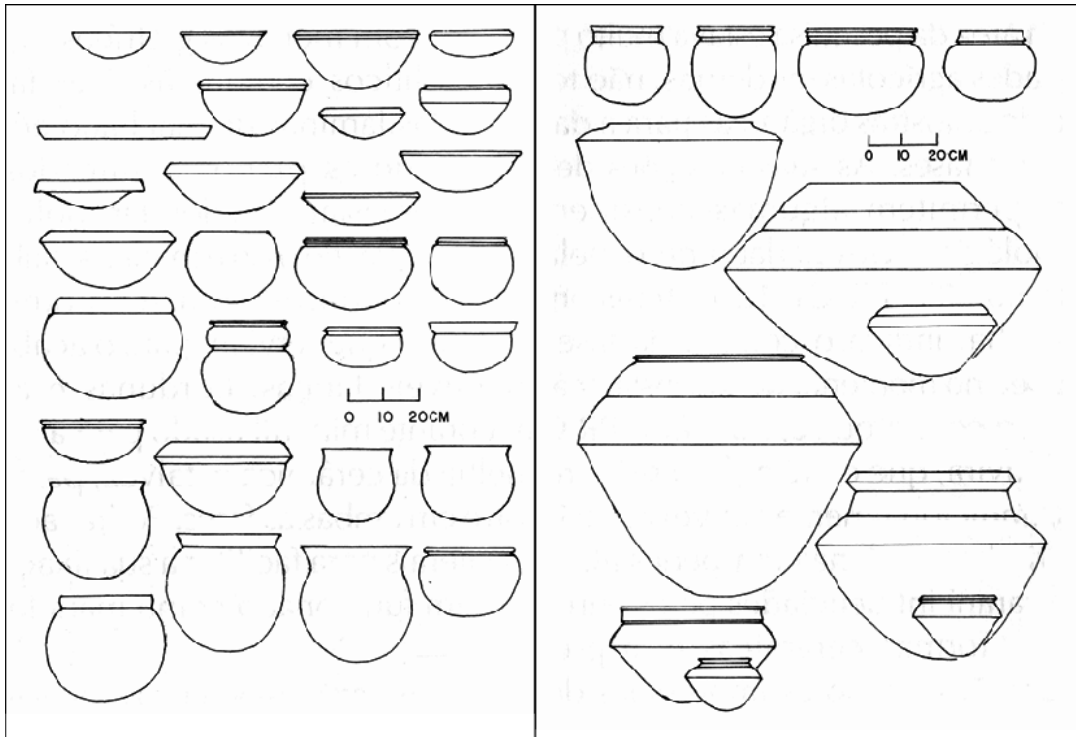
Figura 2 - Tipos de vasilhames da tradição Itararé-Taquara.



Fonte: CHMYZ, 2008, p.157.

Conforme Parellada (2005), esses grupos se estabeleceram em quase todo o território, aparecendo com maior frequência nos vales dos grandes rios. Ainda de acordo com a arqueóloga, a tradição cerâmica Tupiguarani é caracterizada pela cerâmica decorada, como a corrugada, a corrugada-ungulada, e pela pintura polícroma em linhas geométricas vermelhas, marrons ou pretas sobre engobo branco. A dieta alimentar desses grupos baseava-se no cultivo de mandioca, milho, batata-doce e feijão; na pesca, caça e coleta de frutos, raízes e mel.

Figura 3 - Morfologia da cerâmica Tupiguarani



Fonte: Chmyz, 1995, p. 30.

Após pesquisas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no item CNSA (Consulta sobre Sítios Arqueológicos) foram constatados 26 sítios arqueológicos registrados no município de São Pedro do Ivaí-PR. Com exceção do Sítio Ivaí IX⁸ – onde foram encontrados vestígios que corresponde ao período histórico - os cadastros dos demais sítios estão registrados como “pré-históricos”, ou seja, correspondem às populações que não dominavam a escrita alfabética. Herberts e Comerlato (2007) trazem contribuições sobre o conceito de pré-história, enfatizando que este pode ser o foco para uma ampla discussão dos ditos “povos sem história”. A alteração deste termo por “pré-colonial, pré-cabralino ou pré-colombiano não foram suficientemente apropriados, continuando-se a utilização do referencial eurocêntrico.” (Herberts; Comerlato. 2007. p. 4). Vale ressaltar que nas fichas cadastrais não há

⁸ Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA. Informação disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em 10 mar. 2021.

menções em relação aos grupos, suas tradições arqueológicas, entre outras informações relevantes.

As pesquisas realizadas por arqueólogos/as na região evidenciam populações de caçadores coletores pré-cerâmicos da tradição Humaitá (MOTA, 2012, p.106) entre outros povos distintos que habitaram o território às margens do Rio Ivaí estão os que pertencem à tradição arqueológica Itararé, ascendentes dos atuais povos Xokleng, e a tradição Casa de Pedra, ascendentes dos atuais povos Kaingang. É importante salientar que algumas pesquisas realizadas na região estão em andamento podendo surgir então novas evidências arqueológicas.

2.1 O “NOVO, NOVÍSSIMO” NORTE DO PARANÁ

Historicamente, como evidencia a pesquisadora Bruna Martins, a região Norte do Estado do Paraná, teve diferentes momentos de colonização. A primeira ocupação histórica da região foi à instalação da Vila Rica do Espírito Santo. O tratado de Tordesilhas de 1494 estabelecia os limites territoriais do “Novo Mundo”, sendo oeste domínio da Coroa Espanhola enquanto a leste pertencia a Coroa Portuguesa. De acordo com essa divisão, o tratado determinou que a atual jurisdição paranaense a oeste de Paranaguá ficou sendo de propriedade espanhola. A área denominada de Guairá, localizada entre o rio Paraná ao oeste, rio Paranapanema ao norte e rio Iguaçu ao sul, havia sido habitada a mais de 11.000 anos atrás por populações indígenas Guarani e do tronco linguístico Jê, conforme registros arqueológicos (MARTINS, 2013, p. 1).

O primeiro contato destes povos com os europeus está atrelada ao processo histórico da expansão comercial e dominação territorial de novas colônias. Conforme apresenta Martins (2013) as primeiras atividades ao se estabelecerem foram as fundações das cidades espanholas no Guairá como: Ontiveiros (1554), Ciudad Real (1556) Tambó (s.d.) e Vila Rica Del Espiritu Santo (1570).

A cidade de Villa Rica Del Espiritu Santo (1570-1632) foi fundada pelo capitão Ruy Diaz Melgarejo, entre os rios Ivaí e Piquiri. Conforme aponta a geógrafa Cardoso (2015), o nome da cidade teria sido em consequência da crença de minas de ouro pelos espanhóis nas terras da região. Acerca da temática, a arqueóloga Parellada (1995) aponta que devido uma grande epidemia de varíola, que ocasionou mortes de

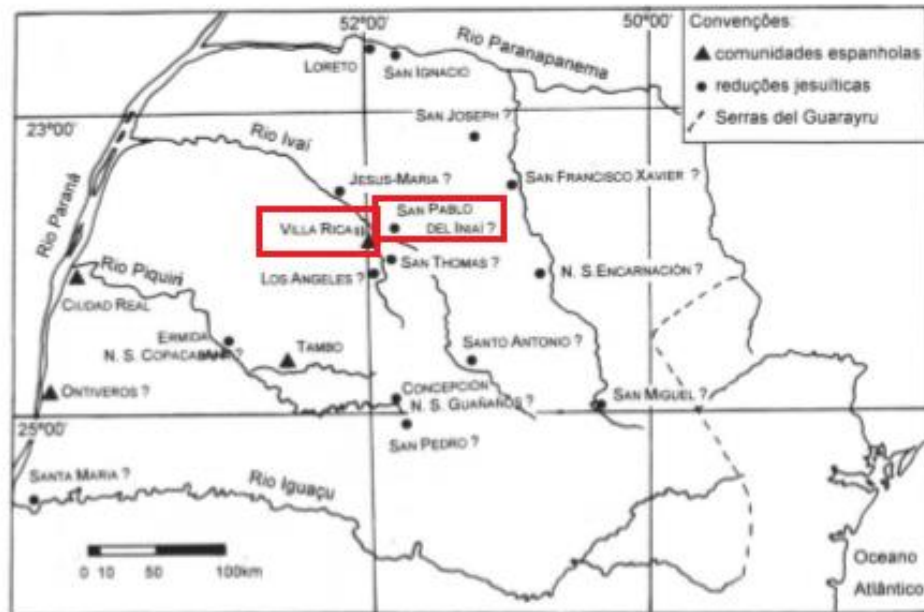
indígenas e espanhóis, o capitão Guzman impôs a transferência de Villa Rica em 1589. A transferência de Villa Rica, para junto da foz rio Corumbataí, no Ivaí não contentou os habitantes da cidade, visto que as primeiras fundações usufruíam de mais recursos naturais e também tinham muitos indígenas encomendados (PARELLADA, 1995, p. 54).

A arqueóloga ainda escreve:

(...) em 1607, o governador do Paraguai, Hernandarias de Saavedra, no seu relato a Felipe III, tenha insistido na importância da catequização de tribos indígenas do Guairá, por serem muito numerosas em relação à quantidade de espanhóis, pois, desta maneira, se conseguiria com maior facilidade a conquista da região. (...) Desta forma, a Companhia de Jesus, incentivada pela Coroa espanhola, decidiu fundar algumas reduções de índios no Guairá. (PARELLADA, 1995, p.54)

As reduções jesuíticas foram estabelecidas com o pressuposto benevolente da salvação física e espiritual dos indígenas, no entanto tinha como objetivo principal delimitar o território espanhol, já que era intenção dos espanhóis deter a expansão dos portugueses sobre a região do rio da Prata (ZUSE, 2009).

Figura 4 - Mapa de localização da Província del Guairá com as comunidades espanholas e missões jesuíticas do final do século XVI/ início do século XVII



Fonte: Parellada, 2011. Adaptado a fim de evidenciar Villa Rica do Espírito Santo e possivelmente onde foi San Pablo del Inaí, atual região de São Pedro do Ivaí.

Parellada (2011) nos conta que ocorreu, entre 1628 e 1630, o transporte de cerca de 50 mil índios do Guairá para São Paulo, a arqueóloga ainda salienta que na bandeira de 1628,

(...) Manuel Preto, um dos mais ativos naquela região, acabou sendo morto, o que provocou uma reação de grandes proporções comandada por Raposo Tavares que assolou o Guairá em 1631 (Parellada, 2009). Os jesuítas, cientes do perigo decidiram abandonar as duas maiores missões: San Ignacio e Loreto, organizando a fuga, pelos rios Paranapanema e Paraná, de cerca de doze mil índios através de 700 balsas. Os santos foram transportados em arcas, os ossos dos três missionários falecidos foram retirados e levados, bem como cada família levava um pouco dos pertences nas balsas que deslizavam pelos rios. Com a bandeira de 1632, Villa Rica foi sitiada por três meses e seus moradores acabaram se transferindo para a banda ocidental do rio Paraná, com alguns villarriquenhos mudando-se para São Paulo (Parellada, 1993). Com o cerco de Villa Rica, os habitantes de Ciudad Real abandonaram a cidade, ficando o Guairá sem núcleos de colonização européia, e os paulistas continuaram transitando naquela região até o sul do Uruguai, para capturar indígenas. (PARELLADA, 2011, p. 16)

Após o fechamento da Vila Rica do Espírito Santo por muito tempo não se teve uma leva de migração ocupacional para a região. Isto se deu posteriormente já no início do século XX, de acordo com o processo de ocupação e colonização do Estado do Paraná que se iniciou nos anos de 1920 e deu-se através de três frentes de

colonização: a Frente Tradicional, que avançou a partir do litoral em direção ao interior do Estado; a Frente Gaúcha, que avançou a partir do Sul e Sudoeste do Estado, estendendo-se até a região central. Por fim, a Frente Paulista, que adentrou ao Estado pela região Norte e ocupou, além dessa região, o Noroeste do Estado e parte da região central. A Mesorregião Norte Central Paranaense está localizada na área de ocupação e colonização da Frente Paulista. Fizeram parte dessa frente ocupacional, principalmente, migrantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

O principal atrativo oferecido por ocasião da venda de terras do Norte do Paraná foi a fertilidade de seus solos. A “terra roxa”, como era conhecida, levava esse nome porque foi adaptada pelos colonos do termo “terra rossa”, dito pelos imigrantes italianos ao se referirem à terra de cor avermelhada. Tal tipo de solo cobre toda extensão da região Norte Central Paranaense. A fertilidade do solo e as condições climáticas favoreceram a implantação da cafeicultura na região, que viria a se tornar a principal atividade econômica. (HIERA, VERCEZI. 2010).

Em um estudo sobre o movimento expansionista da região Norte Paranaense, o administrador Valmir Gomes (2015) salienta que essa frente pioneira não constitui o marco inicial da ocupação dessa região, embora tenha sido disseminada a ideia de que as densas florestas estavam à espera da sanha dos desbravadores e colonizadores. O autor cita o exemplo na obra *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, editada em 1975, pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, que quase nada menciona sobre a existência de indígenas, caboclos e posseiros (GOMES, 2015, p. 91). Sendo assim, decorreu sobre essa região um discurso de “heroísmo” em relação aos que ocuparam a região, omitindo conflitos com nativos que já habitavam esse território. Sobre esse pensamento de que a região era um vazio demográfico, o historiador e arqueólogo Lúcio Mota (2008), em sua tese de doutorado sobre a história épica dos índios Kaingang no Paraná no período de 1769 a 1924, analisa o discurso da ideia do “vazio demográfico” na região do Norte do Paraná, que foi intencionalmente construída durante boa parte do século XX.

Mota (2008) nos mostra que tal representação é uma visão que geógrafos, historiadores, sociólogos, representantes da burocracia e empresas colonizadoras difundiram a noção dessa região como terra desabitada, virgens e intocadas, terras desconhecidas e devolutas, vasto deserto humano e vazio absoluto. Ideias que contribuíram com a apologia das companhias colonizadoras, justificando sua atuação,

e favorecendo a construção do mito do pioneiro/herói desbravador que ocupou tal espaço “selvático” (MOTA, 2008, p.19-21). Nesse sentido, o historiador ainda destaca que os Guaranis, os Kaigang, os Xokleng e os Xetás formavam os quatro grandes grupos que ocupavam os vales dos grandes rios da região, e que a justificativa das ocupações dos espaços “ocorreu em especial a partir do século XVII, no bojo do processo de acumulação capitalista, quando florestas, rios, terras, rochas e minerais são transformados em matérias-primas e meios de produção” (MOTA, 2008, p. 21).

Em relação ao começo do processo de colonização da região norte paranaense, Serra (1991) evidencia a existência da fase de ocupação espontânea e a fase de colonização que ocorre a partir da segunda década do século XX. A fase de ocupação planejada ou colonização foi fomentada pelo próprio governo do Paraná, e em seguida, ampliada para a iniciativa privada. Foi essa passagem à iniciativa privada que atraiu grandes grupos econômicos em função, de um lado, da facilidade na aquisição das terras e, de outro, do interesse pelas terras férteis (terras roxas) para a cultura do café. Ainda sobre o assunto, Gomes (2015) comenta que no século XX, o povoamento exigia a retirada da mata nativa para o plantio dos cafezais. A vinda desses desbravadores e pioneiros era exatamente com a finalidade de derrubar a mata para expandir as áreas agrícolas, e esse processo passa a dar significado ao conceito de desenvolvimento, contudo sem consciência das consequências de longo prazo. Em relação às ações do poder público, de acordo com Gomes (2015) “a responsabilidade da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP - e sua sucessora, a Companhia Melhoramento Norte do Paraná – CMNP aplicavam o ideário de promoção de uma verdadeira reforma agrária na região” (GOMES, 2015, p. 91).

As informações acima nos permitem entender que a concepção de habitar um espaço vazio representou um dos marcos da expansão capitalista que incorporou essas novas áreas ao sistema produtivo. As ambições do Governo e das empresas colonizadoras criaram e fortaleceram a ideia de que a região era um vazio demográfico e este aspecto foi incorporado na história oficial, narrada para compradores de terras e suas famílias colonizadoras. Percebe-se então, a existência de um projeto que visava destacar um discurso em relação a ocupação dessa região, exaltando sua importância para a consolidação da presença de migrantes e imigrantes, para a então construção desse território.

2.1.1 Paraná Indígena

A “caminhada para frente”, expansão acentuada do capitalismo em diversas regiões do país durante a virada do século XIX ao XX, ocasionou grandes conflitos e genocídio do povo indígena. Conforme aponta o historiador Éder Novak, isso se deu devido à falta de interesse do governo republicano em proteger desses povos, encarregando os cuidados à cada estado:

Em 1908, este genocídio indígena foi denunciado num congresso internacional – XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena. As denúncias tiveram repercussões no Brasil, discutidas pela imprensa nacional, tornando-se um debate popular. Apesar de algumas lideranças republicanas aceitarem a ideia de extermínio dos indígenas, por acreditar que estes eram inferiores e nunca se adaptariam ao trabalho, outros personagens defendiam uma solução pacífica. (NOVAK, 2006, p. 54).

Diante desse contexto, que foi criado em 20 de junho de 1910 por meio do decreto nº 8.072⁹, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Mais tarde, em 1918, o SPI foi desassociado da Localização de Trabalhadores Nacionais¹⁰. A atuação do SPI foi baseada em ideias positivistas com técnicas missionárias uma vez que, tratavam de presentear e vestir os indígenas, bem como ensinar valores ocidentais relacionados às artes bem como a disciplina militar. O desempenho do SPI evidenciou uma manutenção das premissas coloniais (SOUZA LIMA, 1987). Embora a história do SPI tenha sido marcada pela atuação de antropólogos como Darcy Ribeiro, Heloísa Alberto Torres, entre outros, a falta de recursos do órgão acabou resultou no envolvimento de militares a trabalhadores rurais que não apresentavam qualquer preparação ou interesse pela proteção aos povos indígenas¹¹. Em 1967 foi extinto o SPI e foi criada a Fundação Nacional do Índio

⁹ Decreto Lei nº 8.072, 20 de junho de 1910. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>>. Acesso em 10 mar. 2021.

¹⁰ Decreto Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918 Disponível para consulta em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/l3454.htm>. Acesso em 10 mar. 2021.

¹¹POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Serviço de Proteção aos Índios (SPI)**. Informações disponíveis em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI))> Acesso em: 10 mar. 2021

(FUNAI). A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Compete à FUNAI a promoção de estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, bem como a monitoração e fiscalização das terras indígenas. Também é responsabilidade da FUNAI coordenar e implementar as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados¹².

De acordo com os dados fornecidos pela FUNAI¹³, a população indígena que vive em território paranaense pertence à três povos distintos: os Kaingang, da família linguística Jê e os Guarani e Xetá da família linguística Tupi-guarani. Vivem no Paraná os seguintes grupos Guarani: os Mbyá, os Nhandeva e os Kaiowá. Isto quer dizer que pertencem à mesma unidade linguística e cultural, contudo, apresentam diferenças internas, tanto de ordem cultural quanto em seus dialetos. A antropóloga Kimiye Tommasino (2000), em seu estudo sobre a história dos Kaingangs da bacia do rio Tibagi, apresenta que grande parte dos grupos Guarani que vivem atualmente no Paraná “vieram em várias ondas migratórias nos séculos mais recentes de regiões mato-grossenses, do Paraguai e da Argentina porque o território guarani é muito extenso e ultrapassa os limites definidos pelos invasores e por nossa geopolítica atual” (TOMMASINO, 2000, p. 15).

Entre os séculos XVI e XVII os Kaingang viviam ao leste do estado, mais próximos ao litoral atlântico. Com as constantes perseguições dos europeus para escravizá-los, foram se deslocando para o interior e se instalaram nos planaltos, se estabelecendo então nas principais bacias do Paraná, nas mesmas regiões das extintas reduções (TOMMASINO, 2000). Os Kaingang, conforme aponta Tommasino (2000), foram perdendo os seus territórios de caça e coleta diante das expedições dos invasores que foram organizadas entre 1768 e 1771 com o objetivo de incorporar as terras a oeste do meridiano de Tordesilhas para o império português, contudo, é

¹² Ministério da Justiça, Governo Federal. Informações disponíveis em: <<http://dados.mj.gov.br/organization/about/funai>> Acesso 10 mar. 2021.

¹³ Fundação Nacional do Índio – Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 10 mar. 2021.

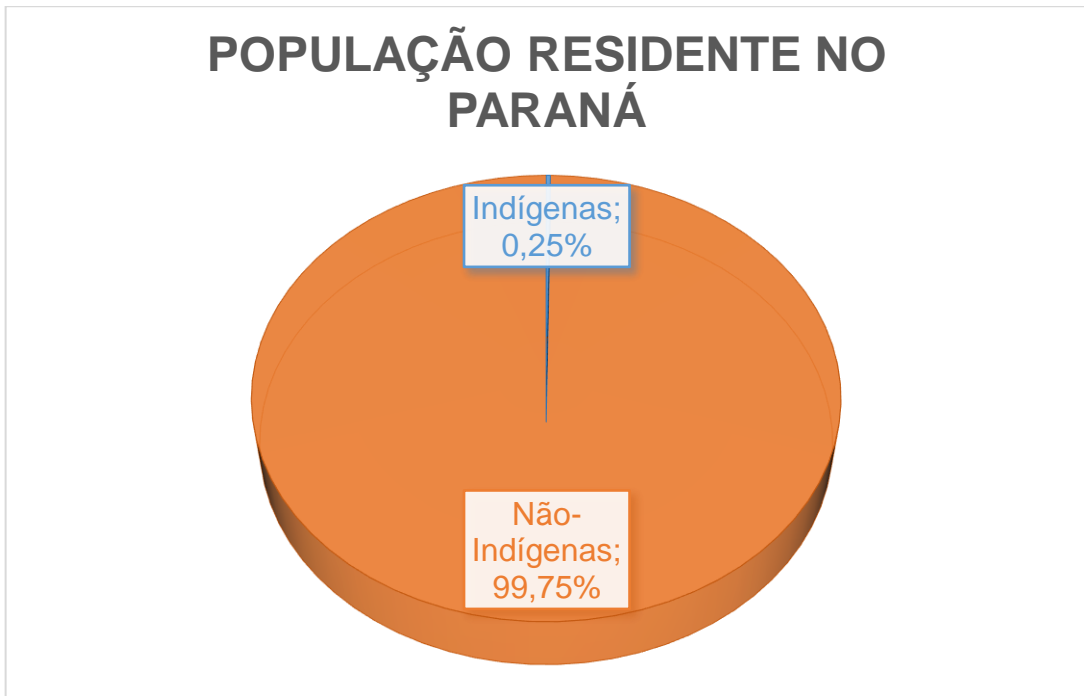
evidente na historiografia que os territórios Kaingang foram disputados duas nações europeias - Portugal e Espanha.

A última etnia do estado do Paraná a entrar em contato com a sociedade foram os Xetá. As “caminhadas para frente” durante a década de 40 invadiram seu território, reduzindo-o rapidamente. No final dos anos 50, estavam à beira do extermínio. Originários do noroeste paranaense, o território tradicional dos Xetá é conhecido como Serra dos Dourados, principalmente no espaço compreendido ao longo do rio Ivaí (margem esquerda até a sua foz no rio Paraná) e seus afluentes, o rio Indoivaí, o córrego Duzentos e Quinze, o rio das Antas, o do Veado, o Tiradentes e o córrego Maravilha, nesses territórios foram localizadas várias de suas aldeias (SILVA; MULLER, 2011).

2.1.1.1 Paraná Indígena Atual

Segundo dados do IBGE (2010), residiam no Brasil 821.493 indígenas. No Paraná, em 2010, foram 25.787 indígenas autodeclarados, o que representava 0,25% da população total do estado naquele ano (10.444.526 pessoas), como demonstrado pelos gráficos abaixo:

Gráfico 1 - População Indígena e Não-Indígena no Paraná em 2010.



Fonte: Elaboração própria com dados de CENSO (2010). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2093>

Gráfico 2 - População Indígena no Paraná e no restante do Brasil em 2010.



Fonte: Elaboração própria com dados de CENSO (2010). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2093>

Gráfico 3 - Área das Terras Indígenas e Não-Indígenas no Paraná.



Fonte: Elaboração própria com dados de FUNAI (2020).

Segundo dados da FUNAI, existem atualmente no Paraná 24 terras indígenas regularizadas (18 tradicionalmente ocupadas, 4 reservas indígenas e 2 domínial indígena) e 5 em fase de estudo, conforme ilustra a tabela 1 e a figura 8. A FUNAI aponta que as terras tradicionalmente ocupadas correspondem às terras que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988 do direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96¹⁴. As reservas indígenas são as “terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional (...)”¹⁵, enquanto as terras domíniais são terras de propriedade

¹⁴ Decreto número 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm>. Acesso em 10 mar. 2021.

¹⁵ Fundação Nacional do Índio – Modalidades de Terras Indígenas. Informações disponíveis em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 10 mar. 2021.

das comunidades indígenas, nomeadas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

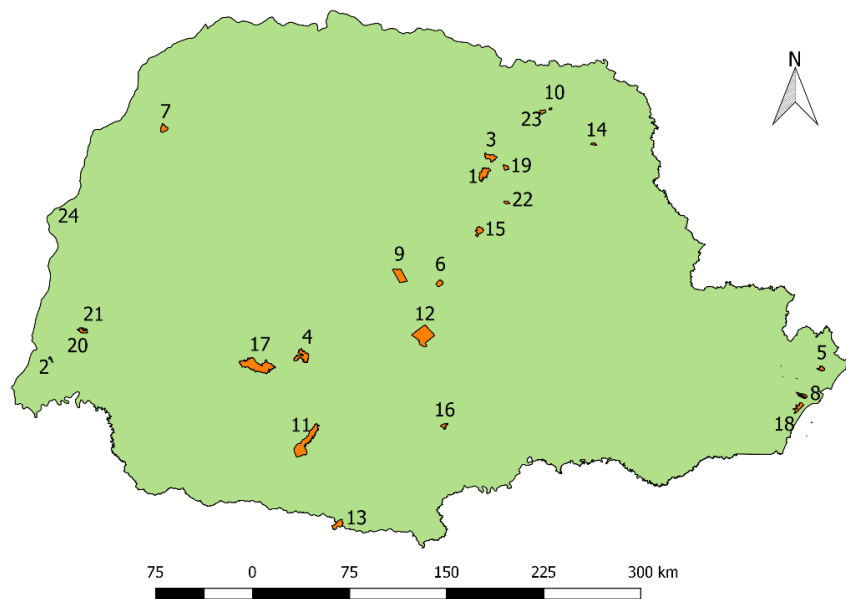
Tabela 1 – Terras Indígenas no Paraná.

Terra Indígena	Etnia	Município	Superfície (ha)	Fase do Procedimento	Modalidade
Apucarana	Kaingang	Londrina	5.574,95	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Apucarana - Reestudo	Kaingang	Londrina	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Araçai (Karuguá)	Guaraní	Piraquara	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Avá-Guarani do Ocoí	Guarani Kaiowá	São Miguel do Iguaçu	231,887	Regularizada	Reserva Indígena
Barão de Antonina	Kaingang	São Jerônimo da Serra	3.750,72	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Boa Vista - PR	Kaingang	Laranjeiras do Sul	7.336,33	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Cerco Grande	Guaraní	Guaraqueçaba	1.390,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Faxinal	Kaingang	Cândido de Abreu	2.043,89	Regularizada	Dominial Indígena
Guarani de Ocoy	Guarani Kaiowá	São Miguel do Iguaçu	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Guarani de Santa Helena	Ava-Guarani	Santa Helena	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Herarekã Xetá	Xetá	Ivaté	2.686,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Ilha da Cotinga	Guaraní	Paranaguá	1.701,20	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Ivai	Kaingang	Pitanga, Manoel Ribas	7.306,35	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Kaaguy Guaxy - Palmital	Guaraní	União da Vitória	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Laranjinha	Guaraní, Kaingang	Santa Amélia, Abatiá	284,2412	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Mangueirinha	Guaraní, Kaingang	Mangueirinha, Coronel	16.375,76	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

		Vivida, Chopinzinho			
Marrecas	Kaingang	Turvo, Guarapuava	16.838,57	Regularizada	Dominial Indígena
Palmas	Kaingang	Abelardo Luz, Palmas	3.800,88	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Pinhalzinho	Guaraní	Tomazina	593,372	Regularizada	Reserva Indígena
Queimadas	Kaingang	Ortigueira	3.077,76	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Rio Areia	Guaraní	Inácio Martins	1.352,38	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Rio das Cobras	Guaraní, Kaingang	Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu	18.681,98	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Sambaqui	Guaraní	Pontal do Paraná	2.795,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
São Jerônimo	Xetá, Guaraní, Kaingang	São Jerônimo da Serra	1.339,34	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tekohá Añetete	Guaraní	Diamante D'Oeste	1.774,71	Regularizada	Reserva Indígena
Tekoha Guasú Guavirá	Guarani Nhandeva	Guaíra, Altônia, Terra Roxa	24.028,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Tekoha Itamarã	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	Diamante D'Oeste	242	Regularizada	Reserva Indígena
Tibagy/Mococa	Kaingang	Ortigueira	859,9098	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Yvyprã Laranjinha	Guarani Nhandeva	Cornélio Procópio, Ribeirão do Pinhal, Abatiá	1.238,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: FUNAI (2020). Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 10 mar. 2021.

Figura 5¹⁶ – Mapa das terras indígenas do Paraná em 2020.



LEGENDA

1 - Apucarana	9 - Ivai	17 - Rio das Cobras
2 - Avá-Guarani do Ocoí	10 - Laranjinha	18 - Sambaqui
3 - Barão de Antonina	11 - Mangueirinha	19 - São Jerônimo
4 - Boa Vista - PR	12 - Marrecas	20 - Tekohá Añetete
5 - Cerco Grande	13 - Palmas	21 - Tekohá Itamarã
6 - Faxinal	14 - Pinhalzinho	22 - Tibagy/Mococa
7 - Herarekã Xetã	15 - Queimadas	23 - Yvyporã Laranjinha
8 - Ilha da Cotinga	16 - Rio Areia	24 - Tekohá Guasu Guavira

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados da FUNAI (2020).

Diante dos dados, percebemos a presença e a participação das populações indígenas no processo político do Paraná, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas durante as invasões e as frentes colonizadoras, conseguiram garantir suas áreas, manter seus costumes e tradições, suas línguas, e que permanecem em luta por seus direitos. Podemos perceber também, que as atuais Terras Indígenas localizadas no estado do Paraná, correspondem a uma pequena parte da composição territorial do estado, o que nos evidencia perdas de terras se levarmos em

¹⁶ Existem grupos dispersos e reservas em fase de estudo em locais não demarcados. A Portaria nº 418/2019, da Fundação Nacional do Índio (Funai), declarou a nulidade do processo administrativo de identificação e delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, localizada nos municípios de Guaíra, Altônia e Terra Roxa -PR. Contudo, a TI (terra indígena) compreende 14 aldeias Guarani localizadas nas cidades de Guairá e Terra Roxa, deste modo, a TI se faz presente no mapa por ser território indígena. Informações disponíveis em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em 10 mar. 2021.

consideração que essas populações sempre habitaram estes territórios, pois esses povos e seus antecedentes transitaram por todo o território que corresponde ao atual Paraná. A arqueologia nos evidencia justamente os trânsitos e deslocamentos que foram realizados por essas populações através do patrimônio material, além de colaborar com a reconstrução da memória acerca desses grupos. Sem esses materiais, não seria possível o desenvolvimento de tantas pesquisas, sendo assim, é importante pensarmos que a arqueologia exerce um trabalho da memória por excelência, uma vez que através dos vestígios arqueológicos memórias nos são evidenciadas.

3. SOBRE MEMÓRIA SOCIAL

O conceito de memória social é complexo e está em constante processo de construção. De acordo com Gondar (2016), tal conceito corresponde a um campo transdisciplinar, uma vez que não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma tem o privilégio de o cobrir completamente, uma vez que tal conceito está em construção a partir de novos problemas resultantes do cruzamento de diferentes disciplinas. Galvão (2008) argumenta que a discussão que abrange a memória social, é um campo transdisciplinar, que atravessa e é atravessado por diversos conhecimentos e que a sua transdisciplinaridade potencializa as tendências subjetivas heterogêneas em oposição a tendências de homogeneização. Além da transdisciplinariedade o conceito de memória social, de acordo com Gondar (2005) é polissêmico, pois

(...) podemos admitir que a memória comporta diversas significações; de outro, que ela se abre a uma variedade de sistemas de signos. Tanto signos simbólicos (palavras orais e escritas) quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), e mesmo os signos indiciais (marcas corporais, por exemplo), podem servir de suporte para a construção de uma memória. E o privilégio conferido a cada um desses sistemas de signos por uma sociedade ou por uma disciplina é capaz de trazer à memória uma significação diversa. (GONDAR, 2005, p. 12).

Portanto, podemos compreender que o conceito de memória não é idêntico à verdade, e suas elaborações podem ser concebidas através de falas, fragmentos, obras artísticas, etc. a fim de elaborar uma ideia de passado, pois a memória está relacionada de acordo com valores, experiências, afetos. Sendo assim, as seleções e escolhas de determinados grupos, recordações e estruturas memoriais são motivadas diretamente na relevância das experiências presentes dos acontecimentos passados vivenciados. (JELIN, 2002).

O narrar é um contato com a subjetividade uma vez que, a memória envolve e é tecida pelos afetos e julgamentos a partir de como os eventos que são lembrados e esquecidos, e que essa conjugação entre lembrança e esquecimento pode ir mudando através do tempo com interesses e disputas atuais com deslocamentos subjetivos. Jelin (2002) declara que não se trata de olharmos para a memória e esquecimento numa perspectiva puramente cognitiva, com a finalidade de medir o quanto e o que é recordado ou esquecido, “mas para ver o “como” e o “quando”, e para os relacionar com fatores emocionais e afetivos” (JELIN, 2002, p. 3).

Consequentemente, é crucial verificar na dinâmica da elaboração da memória social o quanto de esquecimento foi também constituído mais do que isso – que processos ocorreram, que afetos foram movidos para que se dessem esses esquecimentos, para que a memória se elabore de tal forma e não de outra? De acordo com Todorov (2000) a seleção daquilo que será lembrado e consequentemente do que será esquecido, está a cargo dos espaços e processos sob os quais o sujeito ou grupo social está inserido. Tão importante e fundamental quanto a lembrança, o esquecimento cumpre papel para a interpretação daquilo que para a sociedade/comunidade não se faz necessário recordar.

Para Gondar (2016) a memória se configura e se delimita, antes de mais nada, diante do problema da seleção ou da escolha, de modo que

a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal. (GONDAR, 2016, p. 29).

Isso significa que devemos pensar que as transformações da memória dependem tanto de interesses sociais, políticos e culturais como também é determinada pelos meios de comunicação, pelas técnicas de registro e, sobretudo, pelos afetos que estão em jogo – lembrando que afetos no sentido filosófico se referem ao fato de como sujeitos são afetados, como e através de que forças sociais se dão esses afetos. A memória e o esquecimento são agentes importantes para a dinâmica sociais porque são um sistema, não só de elaboração do passado, mas também da organização que molda o presente em direção a possibilidades futuras.

Jelin (2002) observa que as memórias narrativas podem encontrar ou construir os significados do passado, especialmente em relação “feridas da memória”. Ela argumenta que as memórias narrativas - tais como construções sociais ou outras - envolvem seleções. Neste sentido, toda a política de conservação e memória tem uma vontade implícita de recordar e esquecer. Para Jelin, "isto inclui, evidentemente, os próprios historiadores e investigadores que escolhem o que dizer, o que representar ou o que escrever numa história" (JELIN, 2002, p. 11). Nesta perspectiva, de acordo com Pollak (1992) os elementos constitutivos da memória são divididos em acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos ditos como vividos por tabela que se definem como

(...) acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses com o determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p.2).

Sendo assim, podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentido de pertencimento –, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5).

Gondar (2016) contribui com essa discussão ao reconhecer que a participação do esquecimento na construção da memória termina por colocar em discussão outras categorias a ele ligadas como a da identidade. Para a psicanalista, reduzir a memória à identidade conduz ao impasse de identificar quando a identidade é algo a ser preservado e a memória se encontra a serviço da manutenção da mesma. Jelin (2002) nos permite pensar as memórias coletivas não são apenas “dados” fornecidos, mas também focar a atenção nos processos de sua construção. Isto implica dar origem a diferentes atores sociais (incluindo os marginalizados e excluídos) e às disputas e negociações de significados do passado em diversos cenários.

Por fim, retomamos a ideia de que a memória social é uma construção do passado que é guiado pelo presente. Conhecimento que resiste às lembranças individuais de cada sujeito, mas também de jogos de poder e interesses que não necessariamente passam por uma pesquisa, pela crítica das fontes. É importante levarmos em consideração que são carregados de julgamentos morais a partir dos eventos que são lembrados, e os mesmos podem ir mudando através do tempo e de acordo com os afetos, interesses e disputas atuais, sendo assim é um conceito em constante construção.

Reconhecer que as memórias são construídas e fazem sentido em contextos sociais que estão carregados de valores e necessidades sociais no quadro das visões do mundo pode implicar, num primeiro movimento, tomar como certa uma concepção clara e única do passado, presente e futuro (JELIN, 2002). Jelin (2002) também salienta que, embora cada processo de construção da memória esteja inscrito numa representação do tempo e do espaço, estas representações - e, conseqüentemente,

a própria noção do passado e do presente - são culturalmente variáveis e historicamente construídas.

Portanto, a memória é um fenômeno social que envolve tanto a representação do passado quanto as práticas pelas quais essa representação é construída (Vásquez 2001). Memória, esquecimento, comemoração e lembrança tornam-se cruciais quando se ligam a experiências traumáticas coletivas de repressão e aniquilação (JELIN, 2002, p. 10-11). Deste modo, os estudos entre memória, esquecimento, omissão, repressão e imaginação, dão existência aos objetos, lugares, entre outros, uma vez que compõem representações de um passado vivo, porque é reanimado e recomposto entre fragmentos de outros tempos. Para Calveiro (2006) podemos identificar que em cada sociedade nunca há apenas uma memória do passado, mas sempre múltiplas narrativas, inclusive de acontecimentos que pareciam ter sido esquecidos. Isso se deve ao fato de que a memória depende das forças sociais que atravessam os grupos ou sujeitos que preservam de maneira complexa a memória associada a eles. Diante do exposto, no decorrer deste capítulo aclararemos os estudos relacionados ao âmbito social da memória, das representações sociais, do patrimônio à arqueologia.

3.1 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

O historiador e arqueólogo Pedro Paulo Funari e a historiadora Aline Carvalho (2005) destacam que o sentido etimológico de patrimônio advém de *patrimonium*, uma junção de “*patri*”, que significa “pai”, com “*monium*”, que qualifica “recebido”, para referir-se à “herança”. Portanto, o sentido de patrimônio está relacionado à noção e desejo de transmitir os bens, inclusive a noção mais contemporânea, que amplia a ideia de um patrimônio a ser disseminado para as gerações futuras, nota-se como o conceito é uma construção social. O patrimônio pode ser, então, tudo o que alguém diz e faz a respeito dele, expandindo o sentido de herança reivindicado e/ou apropriado (FUNARI; CARVALHO, 2005). Nesse seguimento, Baltazar (2011) também compreende o patrimônio como um conjunto de bens, materiais ou imateriais, que, por sua importância, devem ser considerados de interesse significativo para a permanência e para a identidade da cultura de um povo (BALTAZAR, 2011).

A antropóloga Dominique Gallois (2006), em seu trabalho sobre o Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará (2006), explica que a palavra “patrimônio” se estendeu para o controle das nações e das cidades na Europa do século XVIII. Sendo assim, passa ser importante cuidar dos conjuntos históricos e artísticos, notados como como propriedade de toda nação. Ainda de acordo com a antropóloga, foi na Revolução Francesa que grupos revolucionários conspiraram com a destruição de castelos entre outros monumentos e obras que remetiam ao regime monárquico, com a finalidade de estabelecer uma nova história com a instauração da República. Mas foi a partir dessas ideias radicais que surgiu o primeiro movimento de proteção de um patrimônio nacional, por volta de 1830 na França, onde um grupo contrário à destruição proposta pelos revolucionários, defendiam que os bens deveriam ser apropriados como herança de todos os cidadãos, considerados, portanto, patrimônio da Nação. Neste contexto outras Nações perceberam a necessidade da criação de instituições voltadas à preservação do passado a fim de preservar a memória de suas origens e os méritos do passado.

Pensar memória e patrimônio implica em pensarmos acerca das políticas de patrimonialização, uma vez que são tais ideias que colaboram na preservação e permanência desses patrimônios. Poulot (2009) afirma que as políticas de patrimonialização nos mais longínquos lugares do mundo têm cedido novas compreensões da história, a historiadora defende a ideia de que a história do patrimônio tem sido a história da maneira como uma sociedade constrói esse patrimônio, que se mantém vivo graças às práticas de memória que os envolvem. Conseqüentemente, são vários os horizontes a serem explorados em diferentes escalas – locais, nacionais e internacionais – que atravessam os bens culturais. Nesse mesmo sentido, Rocha (2012) exprime que “o patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação” (ROCHA, 2012, p. 2), assim, podemos observar que um esforço importante tem sido o de problematizar a construção do patrimônio cultural como prática social formadora de um campo de conflito material e simbólico no processo de institucionalização da memória-histórica de diferentes grupos sociais. Posto isto, a partir do conceito de patrimônio cultural e das políticas de preservação a ele relacionadas, é possível compreender os múltiplos

sentidos e valores que nortearam a seleção dos bens culturais, de natureza material ou imaterial, nas sociedades.

Na obra “Patrimônio Histórico e Cultural” os historiadores Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini exprimem que durante o período do Estado Novo (1937-1945) no Brasil, e com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/1937¹⁷, foi possível notar a reconstrução de um passado nacional com a finalidade de promover prestígio de modernidade para a identidade da nação. As atuações desse órgão, depois denominado de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fizeram com que o tombamento fosse transformado em sinônimo de preservação. Esse instrumento, cujo principal efeito se reflete na conservação dos bens materiais, consolidou-se como a forma mais antiga de preservação na política brasileira de patrimônio. Para os pesquisadores, durante um longo período as ações privilegiaram o patrimônio edificado, tombando prédios, fortes, igrejas, e um composto de patrimônios ligados ao contexto urbano representativos de uma determinada arte como o barroco colonial, o que excluiu de certa forma patrimônios que não tinham essa natureza material, ademais deixou de lado colaborando com o esquecimento das expressões culturais de determinados grupos e classes sociais, como manifestações em cortiços, quilombos, terreiros, senzalas, vilas operárias, entre outros, valorizando em contra partida as de tradição europeia de herança luso-colonial. (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

O SPHAN mais tarde foi substituído pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão que determina que os bens culturais são tudo aquilo que representa importância histórica e cultural para os indivíduos e nação, e são divididos em dois eixos interpretativos: material e imaterial. Para o IPHAN, os patrimônios de cunho imaterial dizem respeito às “práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados,

¹⁷ **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.** CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em 10 mar. 2021.

feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”¹⁸, e está diretamente relacionado à identidade, é disseminado de geração a geração, e frequentemente recriado pelas comunidades e grupos contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural (PORTAL IPHAN, 2020).

Ainda de acordo com o órgão público, o Patrimônio Cultural Material é composto por toda a herança física como objetos que utilizamos e edificações sejam eles: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas¹⁹. Tais bens, material e imaterial, foram reconhecidos como patrimônios a serem preservados pelo Estado em parceria com a sociedade através da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216²⁰, além do Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937²¹, que é vinculado à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Cabe ao IPHAN responder pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros.

Pelegri (2006) aponta que é importante ressaltar que “a par da importância atribuída aos bens, perfilam-se os seus significados afetivos, culturais, estéticos, sociais, históricos, econômicos e técnicos” (PELEGRINI, 2006). Por essa razão, de acordo com a autora, o francês Hugues de Varine-Bohan (2012) definiu o "patrimônio do conhecimento" a partir das crenças, costumes e saberes que proporcionam a persistência dos indivíduos no meio ambiente onde vivem, e delimitam o patrimônio dos bens culturais como uma série de artefatos e tudo o mais que deriva do uso do patrimônio ambiental. Tal patrimônio é composto por elementos pertencentes à natureza e recursos naturais. Hugues de Varine-Boham, portanto, conceituou o

¹⁸ Patrimônio Imaterial – IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em 10 mar. 2021.

¹⁹ **Patrimônio Material – IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em 10 mar. 2020.

²⁰ **Constituição Federal de 1988, art. 215 e 216**. Disponíveis em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/ind.asp>. Acesso em 10 mar. 2021.

²¹ Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em 10 mar. 2021.

patrimônio em três o categorias: elementos pertencentes ao meio ambiente, o que possibilita que o local seja habitado; os saberes e fazeres das comunidades que habitam esse meio espaço; e os objetos construídos pelas mãos dos indivíduos. De acordo com o pesquisador, os três elementos dialogam entre si e criam todos os meios para a formação do patrimônio cultural, que vai além das construções ou de alguns saberes isolados, gerando transversalidades.

Percebe-se então, que a definição de patrimônio cultural se abarca por elementos materiais e imateriais que cumprem cargo enquanto formadores culturais dos povos e, por consequência, necessitam ser valorizados e preservados, uma vez que são essenciais para o conhecimento da história e da elaboração das memórias sociais.

3.1.1 Arqueologia e patrimônio cultural

A arqueologia processual, de acordo com Costa (2013), nasce dos trabalhos de David Clarke²² e Lewis Binford²³ preocupados com uma arqueologia científica e a mais positivista, levando em consideração o conhecimento de como a materialidade se comporta sistemicamente de cultura em cultura, o que não diferenciava muito de seus predecessores histórico-culturalistas²⁴.

Os estudos acerca da arqueologia e memória estão vinculados a uma corrente teórica da disciplina denominada de pós-processualíssimo. O pós-processualismo, de acordo com Costa (2013), surge na Inglaterra na década de 1980 e descobre no estudo do pensamento, não focando apenas na cultura material, a motivação mais relevante para a investigação arqueológica. Tal corrente se estabelece de diversos segmentos

²² Clark (1939) evidencia o início de uma abordagem histórico-cultural na Arqueologia, ao levar em consideração em suas pesquisas, tanto os critérios biológicos como os históricos na avaliação da evolução humana.

²³ Para Binford, a cultura teria de ser analisada de forma sistêmica e processual na qual o processo se refere às relações dinâmicas de causas e efeitos que operam entre os componentes do sistema e o meio ambiente (BINFORD, 1968, p. 269)

²⁴ De acordo com Costa (2013) o pensamento histórico-culturalista como linha teórica na arqueologia, contou com os trabalhos de Gordon Childe e Gustaf Kossina como referências. Tais estudos vão se concentrar em quando e onde o fato ocorreu, para então realizar uma análise mais precisa dos vestígios.

contrários ao processualismo uma vez que introduz como base as ideias de pensadores sociais como Karl Marx, Michael Foucault, Pierre Bourdieu entre outros referenciais que buscaram entender e expressar a consciência sobre os acontecimentos que ocorrem entre os indivíduos envolvidos nas vivências na realidade. Logo, o principal questionamento realizado pelos pós-processualistas é de que forma as pessoas se relacionam com as culturas materiais, para quem ou para que servem as políticas culturais (COSTA, 2013), colocando então, grande ênfase no estudo de grupos marginalizados em sua interação com a arqueologia. A emergência do capitalismo, bem como o estudo de grupos excluídos e marginalizados, senzalas e quilombos, ou espaços de conflitos, começam a se tornar foco das atenções das pesquisas dessa corrente.

Segundo Funari e Robrahn-González (2008), “a Arqueologia, nas últimas décadas, tem-se afastado da compreensão positivista e processual (...) e a disciplina voltou sua atenção para a ética e a política”. Os estudos da arqueologia nas abordagens pós-processualistas, cognominadas de arqueologias interpretativas, pretendem interpretar o passado a partir de uma perspectiva onde o mesmo se mantém ativo no presente mediante da presença física dos vestígios materiais. Por conseguinte, os profissionais da arqueologia são mediadores do passado e presente, de modo que o trabalho arqueológico conecta estes dois tempos (COPÉ; ROSA, 2008).

A Arqueologia Pública é um campo da Arqueologia, dentro da vertente pós-processualista, que se dedica a estudar a relação entre pessoas que trabalham com a pesquisa arqueológica e pessoas que não são dessa área de estudo, mais especificamente pessoas que vivem ou convivem no entorno de sítios arqueológicos. Em suma, a Arqueologia Pública é a ideia do conhecimento acadêmico difundido para a comunidade, uma vez que parte do pressuposto de que o patrimônio arqueológico é de todos os indivíduos da nação, portanto, todos devem usufruir do conhecimento do mesmo e colaborar com a sua preservação. Para Souza (2018), trata-se de entender a arqueologia como uma ciência que tem responsabilidade social de modo que as pessoas são agentes dos processos sociais, e os sítios arqueológicos como interlocutores de informações que originam conhecimento sobre aspectos do passado.

Portanto, a Arqueologia Pública têm por interesse a investigação das questões relacionadas ao patrimônio arqueológico e comunidade, além de permitir o diálogo sobre as questões públicas da arqueologia com os diversos setores da sociedade. Ainda que as diversas legislações arqueológicas, modelos de gestão do patrimônio e, inclusive, as constituições modernas incorporem o conceito de multiculturalismo, fazem-no para homogeneizar as diferenças e impedi-las de dialogar; evocam-no para recriar narrativas nacionalistas e colonialistas (FERREIRA, 2013, p. 76-77).

Fernandes (2008) apresenta que a abordagem de interesse público, um dos focos da arqueologia pública, parte dessa investida de promover a mensagem de que a gestão de recursos culturais é importante no sentido de repreender informações equivocadas a respeito do passado. A participação do público possibilitaria alcançar fundamentos, para que mais pessoas compreendam o que as (os) profissionais estão fazendo, e apoiar seus trabalhos. Deste modo, a arqueóloga ressalta que “a abordagem de interesse público considera a sociedade carente de uma educação que seja capaz de torná-las “apta” a apreciar o conhecimento gerado pela Arqueologia” (FERNANDES, 2008, p. 30).

Uma das questões relacionadas a esta abordagem refere-se aos debates relacionadas às temáticas do patrimônio com as comunidades. O diálogo provindo da participação comunitária proporciona maior entendimento do pesquisador sobre a relação estabelecida entre a comunidade e os bens patrimoniais, uma vez que nem sempre os sítios arqueológicos permanecem ativos nas lembranças das comunidades. Sem pormenorizar, pode existir também uma falta de identificação com o patrimônio arqueológico, e até o desconhecimento completo pelo mesmo (SANTOS; CASTRO; LEITE, 2012, p.10). Portanto, concordamos com a ideia defendida por Fernandes (2008) e as pesquisadoras Santos; Castro; Leite (2012) que a Arqueologia pode exercitar um papel significativo no processo de construção de ligações entre o presente e o passado através da preservação da história, das tradições e da valorização do patrimônio cultural.

Dentro dos estudos pós-processuais na Arqueologia, a oralidade é uma ferramenta metodológica que auxilia o trabalho do pesquisador na captação das memórias a partir de lembranças individuais e coletivas, orientando o processo de relembrar o passado através dos relatos e das interpretações, contribuindo para a compreensão de aspectos do passado, da memória social. Ela surge como uma fonte

histórica que, muitas vezes, concede espaço àqueles que não faziam parte da oficialidade, contada a partir dos documentos históricos. Conforme Gomes e Santana (2010), “a História Oral privilegia, enfim, a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou ‘vencidos’ da história” (GOMES; SANTANA, 2010).

Assim, na arqueologia, as oportunidades de utilização da metodologia da história oral são variadas e apresentam uma gama de fatores positivos no contexto da pesquisa arqueológica. A construção conjunta do conhecimento e a divulgação do patrimônio arqueológico de forma colaborativa, por meio da troca de saberes entre pesquisadores e comunidades é um ponto importante, bem como o estabelecimento de uma relação de proximidade com a comunidade. De acordo com Jacques:

Os arqueólogos, em suas pesquisas de campo, têm muito a aprender com a oralidade, que mostra alguns sentidos da cultura material; esta, por sua vez, diz respeito às pessoas hoje, e não só a um passado distante. Ainda, os artefatos e vestígios, associados a outros objetos e imagens, remetem a uma identidade própria das pessoas do local, que tem a ver com os seus saberes e fazeres, suas casas, suas histórias e suas visões de mundo (JACQUES, 2013, p. 19).

Ademais das informações sobre os vestígios e os sítios, a utilização das fontes orais pode fornecer informação referente às diversas ocupações que habitaram o espaço no entorno bem como nas áreas dos sítios ao longo do tempo, também apresenta o presente e a apropriação do espaço pela comunidade. A história oral faz com que a Arqueologia se aproxime das pessoas através dos relatos, evidenciando a experiência pessoal cotidiana dos indivíduos em relação à cultura material.

As perspectivas em relação ao uso das entrevistas orais na pesquisa arqueológica evidenciam que essa metodologia pode possibilitar o acesso às memórias, por meio do discurso, das comunidades envolvidas com os vestígios arqueológicos, bem como às populações localizadas no entorno de sítios, facilitando a aproximação entre os pesquisadores e as pessoas ligadas com o patrimônio arqueológico, contribuindo para a construção do conhecimento científico de forma colaborativa. Desta forma, o uso das fontes orais proporciona um olhar arqueológico mais abrangente e transformador, pois se a Arqueologia tem interesse no estudo da cultura no passado, a história oral contribui para o resgate através das reminiscências e da memória dos indivíduos envolvidos com a cultura material no presente.

3.1.1.1 Percursos metodológicos da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com análise crítica e interpretativa do material coletado (NUNES, 2002). O percurso metodológico deste trabalho foi desenvolvido com base no objetivo da pesquisa que busca responder à questão: como os habitantes de São Pedro do Ivaí constroem suas memórias em relação ao patrimônio arqueológico da região? E duas subperguntas: como os residentes de São Pedro do Ivaí se relacionam com o patrimônio arqueológico? Como o patrimônio arqueológico circula na cidade?

Levando em consideração o vasto patrimônio cultural material e imaterial que se encontra no espaço geopolítico onde se localiza o município de São Pedro do Ivaí, é importante considerarmos que parte do patrimônio material está salvaguardado no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da Universidade Estadual de Maringá e no Sítio Arqueológico PR/FL-29: Dois Palmito²⁵, que segue aberto para visitação, principalmente aos moradores de São Pedro do Ivaí e seu entorno. Tendo em vista o patrimônio arqueológico do município, bem como a presença do sítio escola Dois Palmito, algumas questões foram levantadas a fim de compreender a relação da comunidade com o patrimônio, tendo como resultado evidenciar a relação acerca da preservação desses materiais.

As entrevistas foram realizadas, coincidentemente, num primeiro momento, com pessoas ligadas à um determinado segmento social: educadores e comunicadores. Foram entrevistados docentes, estudantes, pesquisadores, radialistas, blogueiros, etc. Posteriormente, de acordo com a confiança que fomos estabelecendo, os próprios entrevistados indicavam outros informantes com quem poderia estabelecer diálogo a respeito da questão patrimonial, e assim o trabalho deu seguimento com entrevistas daqueles que me foram indicados e que mostraram interesse em colaborar com a pesquisa. Vale ressaltar que nem todos os moradores indicados ou pretendidos concordaram em participar deste estudo.

²⁵ Fazenda Santa Filomena, Estrada Santa Maria Km 13 - Gleba Ribeirão Pombal - Dois Palmito, São Pedro do Ivaí – PR. Para maiores informações: <<https://sítio-arqueologico.negocio.site>> Acesso em 10 mar. 2021.

Segundo André e Ludke (1986) a entrevista semiestruturada refere-se a uma entrevista semiaberta com perguntas fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador necessita seguir um conjunto de questões previamente definidas (Apêndice 1) porém, num contexto similar a uma conversa informal. Cabe ao entrevistador dirigir, sempre que achar apropriado, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais para esclarecer questões que não ficaram claras ou para ajudar a reorganizar o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “desviado” do tema ou expresse dificuldade com ele.

As entrevistas seguiram uma sequência de perguntas/respostas em forma de questionário, mas foi estabelecido um roteiro flexível, e, de acordo com as respostas e do que mais podia ser explorado em cada entrevistado, fez-se uso, inclusive, de uma linguagem acessível, a qual estava associada ao grau de escolaridade do entrevistado; o uso dessa linguagem mais coloquial contribuiu para a compreensão o que se estava buscando, questões referentes ao patrimônio e a temática indígena.

Durante a coleta e interpretações das entrevistas as falas concentraram-se em torno de três categorias emergentes: o conhecimento/desconhecimento sobre os povos originários da região, patrimônio cultural material e imaterial e a historiografia da cidade, as quais se concentram as análises no capítulo seguinte, vale ressaltar que optamos por preservar a identidade dos entrevistados e que cada entrevista foi numerada de forma aleatória. Como procedimento metodológico as transcrições dos entrevistados (as) encontram-se em *itálico*.

4. FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS EM SÃO PEDRO DO IVAÍ

“A memória é uma ilha de edição”

Waly Salomão

Conforme abordado no capítulo anterior, sabemos que a memória social é tecida pela conjunção entre lembrança e esquecimento diante dos interesses do presente. Antes de iniciarmos as análises das entrevistas é importante apresentarmos signos icônicos visualizados durante a pesquisa de campo apresentados nas Fotografias 1, 2 e 3:

Fotografia 1 - Frente da biblioteca municipal de São Pedro do Ivaí-PR.



Fonte: Renata de Oliveira Manfio (2019).

Fotografia 2 - Vaso com representações iconográficas - biblioteca municipal de São Pedro do Ivaí-PR.



Fonte: Renata de Oliveira Manfio (2019).

Fotografia 3 - Vaso com representações iconográficas - biblioteca municipal de São Pedro do Ivaí-PR.



Fonte: Renata de Oliveira Manfio (2019).

Gondar (2016) nos revela que os signos icônicos são imagens desenhadas ou esculpidas que podem servir de suporte à construção de uma memória. Portanto, ao visualizarmos as **Fotografias 01, 02 e 03** percebemos que existem signos sobre a temática indígena na cidade, mas que mesmo assim, de acordo com nossos questionamentos, há desconhecimento a respeito por parte da população.

Cada sujeito narra sua versão dos acontecimentos de acordo com o que sentiu, com que foi tocado, com sua experiência, com a forma que vivenciou os fatos, contudo, identificamos pontos em comum nas memórias de alguns sujeitos de São Pedro do Ivaí. Ao serem questionados sobre a história do município, as entrevistas

indicaram um ponto em comum em suas narrativas: os pioneiros que chegaram e a presença da cafeicultura. De acordo com a **entrevistada 2 e 7** respectivamente:

“Ele veio, moravam todos em Ibiporã... aí ele veio pra cá procurando um lugar pra eles se estabelecerem né, mas a intenção deles eram ir pra frente, se não me engano Barbosa Ferraz, que se não me engano também ‘tava’ abrindo naquela. Aí ele veio quando ele passou aqui na região, tinha algumas famílias acampadas e ele ficou com o pessoal, inclusive ele dormiu, como ele era sozinho era só ele, não tinha casa naquela época, pessoal ficava em barraco em ‘rancho de pau a pique’ (...) minha mãe contava que ninguém sabia ler e escrever, e a empresa que tava loteando isso aqui precisava de documentação. Então ela se reunia aqui e de pouquinho ensinava quem não sabia, pra poder assinar a documentação pra poder receber os lotes da loteadora”. (Entrevistada 2. [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (20min 21s)

(...) lembro pouca coisa da história da cidade né (...) o que lembro está ligado à cafeicultura e ligada a questão do pioneiro, isso aqui no município é muito forte né. A questão da cafeicultura, a questão do pioneiro, a questão do herói, vamos dizer assim, do homem herói. Eu percebo assim, pelos meus poentes, que existe assim essa questão da figura do pioneiro e existe como se aquela questão daquela gratidão histórica à essa figura né, do pioneiro”. (Entrevistada 7. [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (20min 26s)

Os entrevistados 10 e 12, expõem ideias acerca da valorização da imagem do pioneiro:

(...) foi um discurso criado né, dessa valorização do pioneiro que é algo presente nos símbolos do município, tanto no hino, a valorização da figura histórica do pioneiro (...), quando eu me refiro ao pioneiro, eu tô falando dum discurso mais amplo, da valorização do desbravador, do herói, isso presente no imaginário, do homem trabalhador, do homem da terra, do homem do campo (...). (Entrevistado 10. [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (24min 57s).

Aqui é o seguinte, aqui é região nossa, os pioneiros que vem pra cá, a turma fala e a gente fica navegando, sonhando, porque quando chegou nisso aqui era tudo mato. E hoje você vê, tudo aberto e tudo plantado, o pessoal chegou e isso aqui é tudo paulista, mineiro, catarinense que veio pra abrir esse lote, comprava um mato lá, o cara chegava no meio do mato, tinha que furar um poço, uma mina e derrubar o mato pra fazer uma ‘xoxa’ lá que eles fala, pra começar plantar um milho naquela época. É coisa muito simples, mas é o que se tornou hoje esse Paraná. (Entrevistado 12. [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (30min 50s).

A figura do pioneiro, ocupa espaço nas memórias dos moradores quando indagados a respeito da história da cidade. De acordo com a historiadora Sonia Adum

esses “discursos da felicidade”²⁶, construíram e consolidaram representações sobre o norte do estado que se tornaram hegemônicas. A ideia do pioneiro, identificada aos que chegaram primeiro, os que derrubaram as matas e construíram as primeiras habitações, parecem compartilhar um mesmo conjunto de representações e constituir uma memória mais ou menos comum sobre a região, “que se caracteriza pela concessão de valores de heroísmo diante da ação colonizadora, com base na livre iniciativa, capitaneada pela CMNP” (ADUM, 2013, p. 8).

Essas memórias evidenciam um esquecimento do que acontecia antes do desbravamento, antes da chegada dos “pioneiros”, como se antes não houvesse nada, não havia história. O sociólogo Nelson Dacio Tomazi (1997), ao estudar a colonização da região de Londrina, revela que a expressão “Norte do Paraná” remete a um composto de ideias e imagens identificadas com “progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, terra roxa, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, etc...” (TOMAZI, 1997, p. 2). Segundo o autor, esse discurso foi construído ao longo do século XX e ganhou impulso entre 1930 e 1950; apresentando uma visão do passado de um ponto de vista romantizado, sem crítica alguma, e com um possível tom de reviver esse passado idealizado perante a ideia de prosperidade.

A obra “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná: Depoimentos sobre a maior obra no gênero realizada por uma empresa privada” organizada pela CMNP, colonizadora da região, também traz contribuições a respeito dessa imagem do “desbravador”. A colonizadora expõe que o Norte do Paraná era uma região recoberta pelas matas, portanto, de difícil acesso, o que exigia muita coragem e espírito de renúncia para viver e trabalhar naqueles territórios onde iniciavam o cultivo de café e a construção de linhas férreas (CNMP, 1975, p. 35). Ainda de acordo com a obra, que contém alguns testemunhos de homens que acompanharam os trabalhos da companhia, a colonização intensiva iniciou após o término da Segunda Guerra

²⁶ A autora defende a ideia de que as obras que relatam sobre os pioneiros são portadoras de um “tom” que remete ao que ela defende de “discurso de felicidade” que permeou, com menor ou maior intensidade, os escritos sobre esse território do Brasil, uma vez que se acreditava na ideia de “Terra da Promissão, o Eldorado, a nova Canaã”, o paraíso prometido da fertilidade para aqueles que quisessem trabalhar e prosperar (ADUM, 2013, p. 4-5)

Mundial, ou seja após 1945. O engenheiro topógrafo Wladimir Babkov relata que “(...) foi grande a procura de lotes rurais; os povoados cresciam, não vencíamos os pedidos de demarcação de lotes. Algumas áreas maiores, vendidas a outros empreendedores, foram repartidas e deram origem a novas cidades, como São Pedro do Ivaí, Itambé e Alto Paraná” (CMNP, 1975, p.115).

A formação do Norte Novo e Novíssimo, de acordo com a CMNP, foi elaborada visando quatro núcleos habitacionais com aproximadamente 100km de distância cada um. A cada 15km entre os núcleos foram criados patrimônios e vilas “cujo impressionante desenvolvimento surgiu um grande número de cidades e municípios de apreciáveis dimensões, todos em franca expansão” (CMNP, 1975, p. 220). Por conta um notável “boom” econômico promovido nessas regiões e alguns municípios foram criados, foi nesse contexto que surgiu São Pedro do Ivaí em 1954. (CMNP, 1975, p. 220). De acordo com um morador:

Há registro de 1948 a chegada dos primeiros colonizadores. Até mesmo antes a Companhia Melhoramentos estava trabalhando a colonização de toda a região. Mas aqui em São Pedro do Ivaí era fronteira sul né, fronteira sul da colonizadora. Você vai ver no livro lá que eles tinham terras devolutas em grande quantidade pra fazer colonização. Num primeiro momento você vai ver que a própria colonizadora fez a venda dos lotes, das terras e produziu os assentamentos na maior parte dessas cidades da região. Porém não aconteceu isso com São Pedro do Ivaí, porque foi o final da guerra, foi o pós-guerra e os britânicos estavam indo embora pros esforços de guerra, então venderam a empresa pra empresa brasileira. E o colonizador principal aqui, que adquiriu um lote grande de terras que unia São Pedro do Ivaí e Bom Sucesso, ele adquiriu de uma maneira que ele se tornou o colonizador, e não mais a Companhia Melhoramentos. Sim, você ainda adquiria lotes, porque ele não comprou todo o terreno, ele comprou uma parte da gleba, isso aqui, algumas glebas, gleba Ijuí, gleba Pombal, são as glebas que faziam parte desse terreno. Então uma parte das terras ele adquiriu, montou uma fazenda principal ali no município de Bom Sucesso. Bom Sucesso e São Pedro surgiu de um mesmo proprietário de terras que trouxe os seus amigos e as vendas, mas não houve a colonização com o planejamento da Melhoramentos Norte do Paraná. (Entrevistado 11. [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (30min 19s).

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTPN) foi fundada em 1924 por ingleses com a missão de colonizar o Norte do Paraná, contudo, em 1939, de acordo com a própria colonizadora, no cenário da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra passou a necessitar de recursos em escala cada vez maior para fazer face às suas despesas na guerra. Assim, o governo britânico aderiu uma política de retorno dos capitais ingleses aplicados no exterior. Neste contexto, um grupo de investidores liderados por Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho, passaram como sucessores

da Companhia de Terras Norte do Paraná, que mais tarde passou a ser chamada de Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP, 1975, p. 88-92).

Aqui, especificamente, podemos identificar conflitos inerentes às memórias da colonização, segundo o Entrevistado 11, a CMNP não foi a loteadora responsável pela colonização dessas terras, mas sim, um grande fazendeiro que adquiriu esses lotes. Conforme categoriza Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória podem ser considerados sob a ótica de múltiplas interpretações dentro de um mesmo grupo, isso se deve ao fato de que dentro de um mesmo grupo, há pessoas que desejam lembrar e comunicar, enquanto outras preferem silenciar ou esquecer o passado.

Foi possível verificar, portanto, pontos contrastantes e pontos em comum de memórias acerca dessa ideia de grandes latifundiários serem os responsáveis pela distribuição de terras entre entes da própria família, ideia que alguns estudiosos defendem acerca da problemática das terras no Estado do Paraná. Serra (2019) ressalta que o Paraná foi alvo de intenso desvio de terras devolutas, sendo o procedimento mais utilizado para o processo de grilagem, através da falsificação de títulos de propriedade. Com a ausência das legislações agrárias, latifundiários vinculados à antiga oligarquia agrária, se beneficiavam da ausência das leis e aumentavam os limites de suas propriedades com terras griladas (SERRA, 2019, p. 59). Nessa mesma linha de memórias divergentes sobre o processo de colonização e essa ideia de grandes latifundiários temos os seguintes relatos:

*O que eu ouvi é o seguinte: esses fazendeiros grandes que tinha por aqui e tinha no norte do Paraná, ninguém comprou terra. É... Ninguém comprou, então entrava no aviãozinho junto com seu Lupion²⁷, e lá de cima assim pontava “Óh, eu quero esse pedaço de terra, entre o rio e o Corumbataí, entre o rio e o Ivaí... marcava na faixa e era dele. O outro “eu quero lá, tal, tal... Então eles olhavam lá de cima, né? E às vezes, a parte triste da coisa... às vezes lá de cima do avião eles viam uma fumacinha, sabe? Era um coitado que ‘tava’ lá vivendo. Cuidando dois filhos lá, peladinho sem roupa lá, trabalhando... Então era dado a ordem de chegar lá e tirar eles. Como quem diz “chega lá e mata tudo”. Essa é a história que eu aprendi daqui. **E eram indígenas? Essas pessoas eram os grupos indígenas que eles tinham que tirar? (Questionei).** É, tinha indígena e tinha outras pessoas... que chegou ali né... aventureiros. Era assim... Essas fazendas*

²⁷ Governador do Estado do Paraná nos períodos de 1947-1951 e 1955-1956. Informação disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moises-lupion-de-troya>>. Acesso 10 mar. 2021.

grandes de cana... (Entrevistado 4 [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (52min 46s).

(...) Óh, o que a gente conhece que quando esse Paraná foi loteado... não sei se era a companhia de melhoramentos. É porque toda a vida existiu essa política que 'nóis' tem, ficava tudo nas famílias de grande poder que existia nos estaduais e no nacional. O que acontecia, vamos supor que você era filho de uma pessoa muito tradicional numa região tal, aí chegava o governo de época e falava "óh, isso aqui tudo é teu", eles faziam doação 'pras' pessoas formar cidade, 'cê' tá entendendo? Muitas famílias que ganhou essas terras e hoje a geração usa isso ainda, aqui na região nossa terra vale ouro né? (...) Aí é o seguinte, outra situação do município de Fênix²⁸, são relatos de pessoas com mais de meio século de vida que eu escutei contar que escutaram contar. Essa situação foi 1950, 1960 que lá do lado de lá do rio, que pertence ao município de Fênix na comarca de Campo Mourão, na regional de Campo Mourão, e quando esses fazendeiros esses donos de terras naquela época (nem sei como era falado) e tinha os padres jesuítas né e tinha muito índio... e o que acontecia... pra eles pegar as terras eles tinham que sumir com os índios, aí o que eles contam é que tinha o jagunço que era matador, tipo lampião, e saía matando esse índios para limpar as terras e o homem branco pra poder ter posse da terra, e relato aí que cada um saía pra um lado, 'prum' lado, dois 'caçadô', três 'caçadô' e matava os índios e trazia as 'zoreia' deles. Cortava as 'zoreia' pra contar de tarde pro dono pagar o abate dos índios. É histórias né mas... é história... tudo que é história existe uma verdade. (Entrevistado 11, [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (30min 50s).

As recompensas mediante a apresentação das orelhas cortadas dos indígenas, foram práticas que se disseminaram no Brasil Império, onde foi adotada a política de guerra aos indígenas com a Carta Régia de 5 de novembro de 1808, assinada por D. João, que manifestava guerra aos Xokleng (Botocudos) do Paraná e Santa Catarina (TOMMASINO, 1995, p. 84). Sobre a presença desse grupo na atual região de estudo, as pesquisas arqueológicas revelam cerâmicas e fragmentos que pela sua composição e desenhos remetem aos povos Itararé e os Tupis-guaranis (CHMYZ, 2019). A tradição arqueológica Itararé está relacionada, de acordo com o arqueólogo Igor Chmyz (2008) ao grupo pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, os Xokleng, contatados e descritos por europeus desde o século XVI. Eram denominados "Chiqui e Gualacho, ocupando os primeiros, de acordo com a cartografia jesuítica, os espaços entre os rios Piquiri e Iguaçu e, os segundos, o Primeiro Planalto Paranaense". (CHMYZ, 2008, p. 17). Sobre a presença indígena nas reduções, Tommasino (2003) exprime que havia grande número de grupos Guarani, mas que também foram

²⁸ Fênix, município vizinho onde se encontra as ruínas de Villa Rica do Espírito Santo, século XVI.

reduzidos e escolarizados ancestrais dos Kaingang e Xokleng, que no período em questão - século XVI até o século XIX, levando em consideração os períodos de redução e aldeamento – foram denominados Gualachos, Chiqui e Camperos (TOMMASINO, 2003, p. 78).

Tomazi (1997) expõe que os Kaingang viviam em regiões de campos, contudo, em decorrência às inúmeras guerras com os brancos, foram refugiando-se nas florestas e matas, pois

nas matas a possibilidade de serem encontrados pelos famosos "bugreiros" era menor. Assim, as florestas tornaram-se um espaço de refúgio, onde tinham maior segurança para a sua família e onde podiam fugir com mais facilidade das emboscadas e da ação dos fazendeiros que utilizavam todo o tipo de ações para encontrá-los e matá-los (TOMAZI, 1997, p. 89).

Relatos históricos abordam sobre o contato com os Xetá por volta do século XIX nas imediações do rio Corumbataí, no Ivaí, onde atualmente se localizam os municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e São João do Ivaí. Os Xetá desapareceram enquanto população, sobrando atualmente seus remanescentes com famílias espalhadas pelo Paraná. O último contato estabelecido com um grupo de 18 pessoas foi na Serra dos Dourados, próxima de Umuarama entre 1955-56 (MOTA, 2008, p. 83-84). O documentário "Xetá" (WG7BR, 2011)²⁹, dirigido pelo cineasta Fernando Severo, aborda a extinção do grupo contada pelos próprios oito últimos sobreviventes.

A partir dos relatos e dos estudos apresentados, observa-se que a memória se constitui em meio às forças sociais que transpassam os sujeitos, elaborando e preservando de maneira complexa as memórias associadas produzidas por esses sujeitos nesses espaços, pelo medos como foram afetados, através das experiências que viveram. Tais relatos não se alinham com ao imaginário construído pelo Estado sobre o processo de colonização dessa região. O discurso do "Norte do Paraná" carrega consigo um conjunto de ideias e valores, bem consistente que remetem, conforme aponta Tomazi (1997), algumas identificações: "progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza,

²⁹ SEVERO, Fernando. *Xetá*. WG7BR Audiovisual, 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aUyib-tAlo>>. Acesso 10 mar. 2021.

cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de ideias e imagens construído através de vários anos” (TOMAZI, 1997, 66).

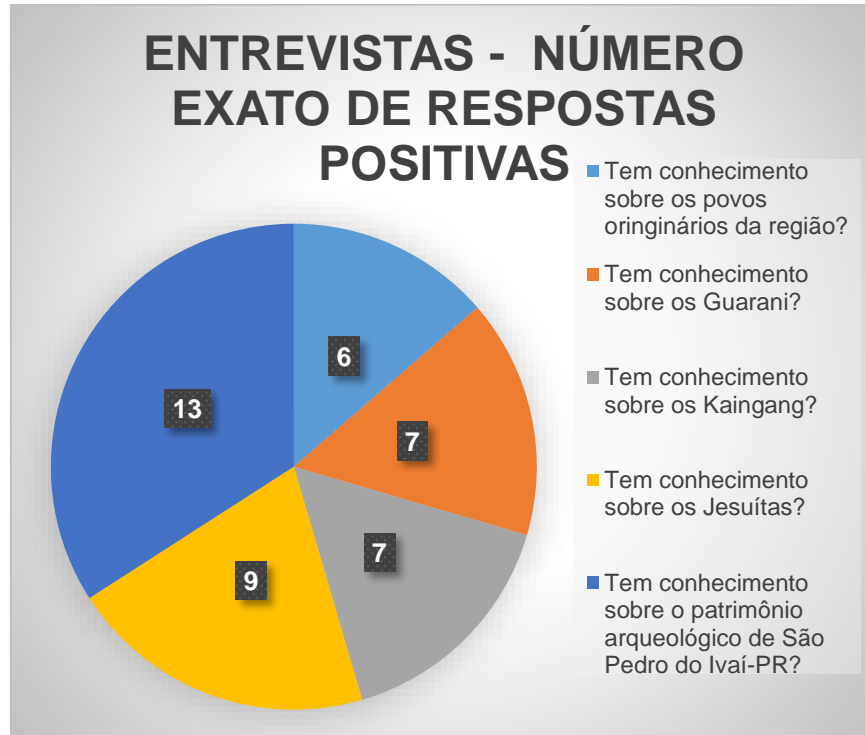
Em alinhamento com o pensamento de Gondar (2016) é possível afirmar que a memória social implica na escolha do que conservar e do que interrogar. Percebe-se que a memória do Estado tende a buscar coesão e uma unidade, haja vista o esquecimento da memória indígena. Em contrapartida, a memória social é necessariamente múltipla e muitas vezes emergem narrativas que contradizem a memória oficial. Conforme já salientado, as entrevistas seguiram um roteiro pré-estruturado (Apêndice A), e foram pouco a pouco sendo direcionadas para a temática indígena e patrimonial do município.

4.1 A QUESTÃO INDÍGENA E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Conforme expusemos em *Percursos metodológicos da pesquisa*³⁰, algumas questões foram fixas, de acordo com o roteiro pré-estruturado, e os gráficos abaixo melhor explicitam tais questões como foram respondidas, em percentuais sobre o conhecimento de indígenas, jesuítas e Patrimônio arqueológico em São Pedro do Ivaí pelos sujeitos entrevistados:

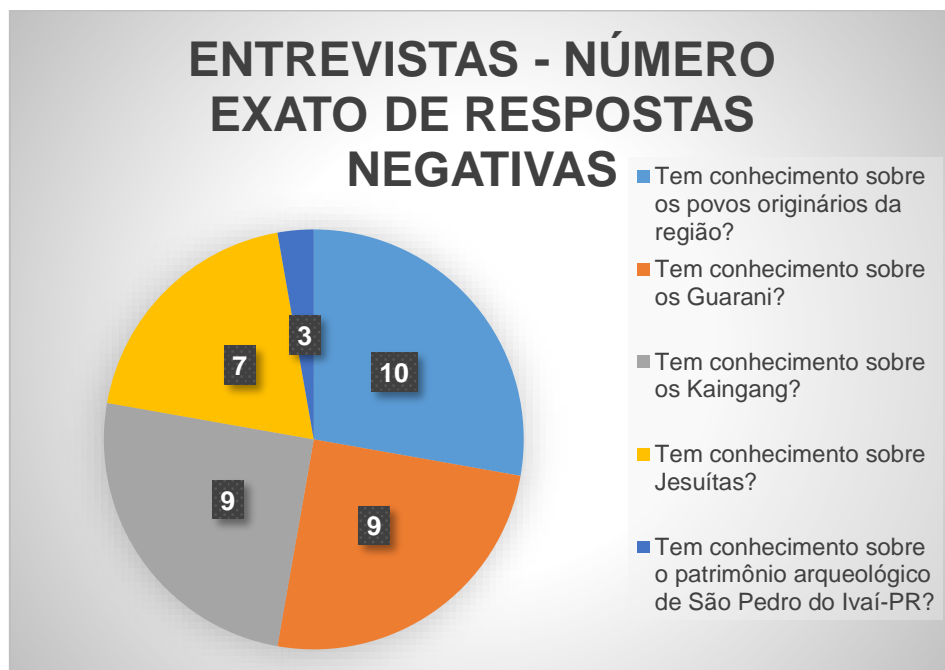
³⁰ Sessão 2.1.1.1 *Percursos metodológicos da pesquisa*, página 49.

Gráfico 4 – ENTREVISTAS - RESPOSTAS POSITIVAS



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos nas entrevistas (2019).

Gráfico 5 – ENTREVISTAS - RESPOSTAS NEGATIVAS



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos nas entrevistas (2019).

Conforme nos evidencia os gráficos, três dos entrevistados afirmam desconhecer o patrimônio arqueológico da cidade. Contudo, no decorrer da entrevista, os mesmos sujeitos nos surpreendem, pois diziam desconhecer o patrimônio arqueológico:

(...) tem uma fazenda arqueológica aqui, no Halim³¹. Você já ouviu falar? (Entrevistado 4[02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (30min 50s).

Em outro momento da entrevista ele justifica:

Ouvir falar dessas coisas né... que no Halim³² tem peças arqueológicas, agora que espécies de peças eu não sei, nunca toquei nisso” O senhor já foi lá? – questionei. “Eu fui, é bonito lá...” (Entrevistado 4[02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (30min 50s).

O entrevistado 02 afirma ter conhecimento das peças, mas nega o contato “nunca toquei nisso”, dentre várias considerações podemos realizar sobre essa fala acatamos duas ideias importantes. A primeira diz respeito à falta de interesse no patrimônio arqueológico brasileiro (especificamente indígena), devido ao seu caráter pouco monumental, portanto, dificilmente recuperável enquanto símbolo de cultura nacional (BARRETO, 1999). Entendemos então, que esse patrimônio é marginalizado, ocasionando invisibilidade enquanto patrimônio cultural indígena.

Uma outra ideia importante diz respeito à ideia tecida por Shepherd (2016) de que o colonialismo³³ não estava apenas preocupado com a conquista territorial, mas também com a conquista do tempo. A conquista do tempo tomou muitas formas, incluindo a captura de histórias locais e a reconfiguração de histórias locais (SHEPHERD, 2016, p. 7). As dimensões epistemológicas do colonialismo como fenômeno histórico forneceram um novo mundo, não exclusivamente no sentido de novas relações políticas e econômicas mas, também, no sentido de uma nova ordem

³¹ Halim Abil Russ Filho é o proprietário da Fazenda Santa Filomena, local onde está localizado o sítio arqueológico Dois Palmito. Informação disponível em: <<https://sítioarqueologico.wixsite.com/doispalmito/proprietario>> Acesso em 10 mar. 2021.

³³ De acordo com Quijano (2007) o colonialismo é caracterizado com a chegada de um povo em território de outro povo, impondo e subjugando essa população através de sua força política e militar, garantindo assim a soberania desse território e de seus habitantes.

de coisas que sobrevive ao colonialismo como um fenômeno histórico (RESTREPO, ROJAS, 2012). Esse padrão de relações de poder se sucede na naturalização de hierarquias epistêmicas, territoriais, culturais, de gênero e raciais. Essa naturalização é o que permite a reprodução das relações de dominação que é definida como colonialidade. Neste sentido, compreendemos a colonialidade, enquanto uma lógica de relação colonial, que têm o poder de visibilizar determinadas formas de existência e saberes e invisibilizar outros.

Outro entrevistado que também diz desconhecer o patrimônio arqueológico compartilha a seguinte narrativa:

Então a família do meu pai chegou em São Pedro em 1952, meu pai veio em 1952 e minha mãe em 1954, ela tinha nove anos quando chegou aqui. Eles foram morar numa região dos Dois Palmitos, próximo ao rio Ivaí, hoje tem uma igreja, a Igreja de Santa Rita. O sítio deles é bem próximo dessa igreja de Santa Rita que tem lá até hoje. E quando a minha mãe veio, naquela época as crianças iam trabalhar né, então a criança chegava e ela ia trabalhar junto com os pais pra derrubar a mata, pra preparar a terra pra plantar café na época... quando eles faziam essa derrubada da mata e iam preparar para o plantio do café, eles encontravam muitas peças de cerâmica, encontravam muita coisa dos indígenas que estavam aqui - não sei quanto tempo -, mas eles encontravam porque era muito raso. E assim, eles encontravam os potes, e o que ela fala é que eles pegavam e guardavam porque era bonito, era trabalhado, tinha sinal de unha, tinha folha, tinha não sei o que... tinha toda a decoração da cerâmica deles, e eles guardavam isso. Ela disse (mãe) que um dia passou uma índia com umas crianças na casa que eles moravam, era uma índia que não era dessa região, pois já não tinha nenhum índio por ali, e eles mostraram né, "olha as coisas que a gente acha e tudo mais" e diz que essa índia colocou muito medo neles, porque ela disse que várias das coisas que eles tinham eram urnas funerárias. (...) E aí eles foram se desfazendo as coisas que eles tinham achado" (Entrevistado 5 [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (09min 52s).

Outra moradora diz:

"(...) em Villa Rica, a gente chegou ir lá fazer uma... escavar umas coisinhas, alguns cacos assim na época. Até teve uma exposição mas nem lembro mais... foi na época de ginásio, lá em 1969, foi uma coisinha bem simples" (Entrevistada 16 [12. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (17min 29s).

Notamos um paradoxo na fala dos sujeitos que dizem não ter conhecimento sobre o patrimônio arqueológico, mas afirmam ter conhecido o Sítio Arqueológico Dois Palmito; ter conhecimento de fragmentos de cerâmica de uma provável urna funerária da tradição arqueológica Tupiguarani e até mesmo ter participado em uma escavação arqueológica nas ruínas de Villa Rica do Espírito Santo. Verificamos aqui a condição paradoxal da memória. Muitas vezes, conforme nos apresenta Jelin (2002), passados que pareciam esquecidos ressurgem e assumem um novo valor a partir das mudanças

culturais e sociais que incentivam a rever e dar um novo significado ao que não teve nenhum significado por décadas ou séculos (JELIN, 2002, p. 29).

Percebemos, portanto, que os/as moradores/as não relacionam “patrimônio arqueológico” com os objetos. Neste sentido, é importante considerarmos que o patrimônio material, as peças arqueológicas, em alguns momentos são dissociadas dos indígenas. Esse fato contribui com o silenciamento do patrimônio imaterial da região, uma vez que o conhecimento e os saberes indígena não aparecem nas falas dos/as entrevistados/as.

Os entrevistados 4 e 5 tem conhecimento sobre o patrimônio arqueológico de São Pedro do Ivaí por meio da região rural Dois Palmito, região que atualmente se concentra o sítio escola na fazenda Santa Filomena. Por outro lado, a entrevistada 16 diz desconhecer o patrimônio arqueológico de São Pedro do Ivaí, mas relata que participou em uma escavação nas ruínas de Reserva Estadual Vila Rica do Espírito Santo, município de Fênix-PR, local este, que acordo com CHYMZ (2019, p.59-60 apud BLASI, 1963, p.11; PARELLADA, 1997, p.78) esteve relacionado com sítios arqueológicos de São Pedro do Ivaí. Segundo os pesquisadores, a decoração do tipo escovado³⁴ chega a ser mais popular durante e após o contato dos seus autores com o europeu. É importante ressaltar que no sítio PR FL 29 Dois Palmitos, por exemplo, foram encontrados, além de fragmentos cerâmicos do tipo escovado, escórias de fundição de ferro também encontráveis em Vila Rica do Espírito Santo. Para Chymz (2019), o contato da ocupação Tupiguarani do sítio PR FL 29: Dois Palmito pode ter ocorrido com militares espanhóis século XVI ou com padres jesuítas nas primeiras décadas do século XVII.

³⁴ Conforme Chmyz aponta em Terminologia Brasileira para Cerâmica (1976) a decoração denominada em escovado “consiste em passar, na superfície ainda úmida do vasilhame um instrumento com pontas múltiplas, ou objetos que deixam os sulcos bem visíveis, guardando entre si paralelismo e proximidade” (1976, p. 130).

Fotografia 4 – Fragmento de cerâmica escovado



Fonte: CHYMZ, 2019, p. 38. Tipologia Cerâmica. Adaptado: Fragmento cerâmico escovado.

Alguns relatos apontam, também, memórias a respeito do contato entre indígenas e europeus em séculos anteriores:

Se sabe que tivemos várias ocupações nesse local e a última ocupação, que deu fim na vida dos índios, foram o que? Os espanhóis. Então o que aconteceu? Eles vieram, tomaram tudo, achando que tinham riquezas aqui. Mas na verdade não tinha riqueza nenhuma. O que tinha era uma terra roxa ultrafértil, cheia de peça arqueológica que eles construíram. Só que isso não foi de interesse dos espanhóis, eles queriam ouro e pedras preciosas. Então o que aconteceu? Eles abandonaram o local. E que aconteceu? Eu achei as evidências aí de uma destruição em massa (...) – (Professor Halim, proprietário da Fazenda Santa Filomena. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (53min 56s).

Vieram os bandeirantes, os bandeirantes invejosos, estúpidos, entendeu? E outra, fala-se “índio”, tá errado “índio”. Quando descobriu o Brasil aqui, eles pensaram que era a Índia, então é um nome errado, totalmente errado! Indígena, tá errado. É silvícola ou aborígene, quer dizer originário da própria terra, entendeu? Aborígenes, certo? Índio, tá errado. Essa palavra tá erradíssima. Tá erradíssima. (...) então o que habitava aqui era esses índios kaingang aqui, tinham várias tribos, mas aqui mesmo era os kaingang que tinha muito aqui (...), os espanhóis fizeram cinco reduções jesuíticas, trouxeram os jesuítas para cultuar os índios. Então cinco reservas em toda extensão do Paraná, desde Guaíra, subindo ali, Santo Antônio ali do nordeste do Paraná, vieram, vieram, fundaram a Vila Rica del Espirito Santo aqui, entendeu? Isso dali era uma maravilha, tinha mais de 1500 pessoas moravam ali dentro, entendeu? Vieram os bandeirantes, mataram todos, expulsaram todos, foram jogando lá pra lá, foram jogando pra lá. No Paraná, lá na divisa, eles foram pra lá pra Paraguai, Argentina, entendeu? Tiraram eles daqui e destruíram tudo essas reduções, cinco reduções jesuíticas, era uma maravilha aquilo lá rapaz, você precisava de ver que maravilha que era esse povo. (...) eles mataram, trucidavam todos, e aqueles uns que apoiavam os espanhóis foram acompanhando eles, entendeu? Mataram mais de 90%, foram mortos, assassinados. Observa bem a ganância do bandeirante por ouro, achavam que tinha ouro, ainda mais que os espanhóis estavam aqui, nossa senhora, levaram galeões de ouro pra Espanha, como levaram pra Portugal também. Saquearam esse país, os portugueses saquearam o país.

(Entrevistado 3, [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (17min 49s).

Eu compreendo que cidade possa fazer parte de um grupo de cidades que tem um valor histórico considerável. Exatamente por essa questão de Vila Rica do Espírito Santo, que a gente tá na divisa de Vila Rica, tá há 9km. Isso que eu falei de quando minha mãe veio pra cá, então a gente teve um povoamento indígena aqui no passado, que não existe mais. A gente tem essa questão da própria disputa entre portugueses e espanhóis que aconteceu basicamente aqui. A gente 'tava' num ponto... até o que a gente ouvia quando era criança na escola "olha a gente poderia tá na divisa do Paraguay. Paraguay poderia ter a divisa aqui no rio Ivaí, aqui do lado". Acho que é isso, é bem superficial mas é isso que eu me lembro. (Entrevistado 5 [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (09min 52s).

De fato, a cidade de São Pedro do Ivaí-PR está localizada em uma região histórica, marcada por muitos conflitos e disputas territoriais. A violência empregada no processo de invasão desse território, nos séculos XVI e XVII, favoreceram a elaboração de memórias que por um lado narram os espanhóis como personagens gananciosos que buscavam metais preciosos e por outro, são as bandeiras paulistas que ocupam esse papel, construindo então, múltiplas narrativas em diálogo com as "feridas da memória" (JELIN, 2002), posto que ambas narrativas denunciam genocídios que ocorreram nesse território contra povos indígenas. É interessante notar que a maioria dos entrevistados dizem desconhecer duas das etnias indígenas que vivem no estado: os Guarani e Kaingang, indicando esquecimento desses povos, por outro lado, a maioria das pessoas entrevistadas mencionam ter tido algum tipo de contato com o patrimônio arqueológico do município e compartilharam vivências que tiveram com os objetos.

(...) meu filho 'tava' brincando (...) é um espaço rural, água Leonora, é 1 km da cidade. Ele 'tava' brincando com uma machadinha lá. E aí minha mãe disse que era dos índios né. (...) Só sabia que era dos índios. Porque é aquela coisa, a gente ouve assim "ah é dos índios, mas não sabe de qual índio que é, ah foi achado uma ponta numa lança, ah mas qual índio será que usou isso aqui. (Entrevistada 7 [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (20min 26s).

Não tive contato com esse patrimônio catalogado. Mas quando criança eu lembro sim da minha avó ter a existência de um machadinho, um machadinho indígena, que ela falava que era um machadinho mas ela não tinha qualquer informação sobre ele. E eu brincava com ele assim de uma forma bem... sem qualquer cuidado (...) eu imaginava que era pra caça, quando criança. Imaginava que era pra caça, mas confesso que quando criança eu achava que não era tão afiado pra caça... (Entrevistado 10 [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (24min 57s)

Meu pai comprou essa propriedade eu tinha 3 anos de idade. Eu vinha pra cá sempre nas férias. E entre idas e vindas nas férias eu percebia que as crianças elas matavam passarinho com pontas de flecha de pedra. Eu achava estranho, mas eu fui guardando, fui guardando, achava no meio do café, porque o café era em toda essa extensão da fazenda. Então tinha praticamente 22 moradores aqui na fazenda. Então eu saía, brincava o dia inteiro, eu e meus primos, então eu sempre achava tigelas, peças, pilão, mão de pilão, tudo isso que tá aqui. Então eu fui guardando. Ela falou assim: “não, você guarda isso que isso daí é muito antigo, e o fato de ser antigo você pode no futuro montar um museu na sua propriedade, porque tem muitas pessoas que acham esses achados arqueológicos”. Daí eu falei assim: “então eu vou guardar”. Eu vinha todas as férias pra cá, ia e voltava, ia e voltava. Sempre que eu vinha eu achava alguma coisa, sempre, porque era café e eles trabalhavam com a terra. Então entre o café plantava o arroz, fazia rotação de culturas, arroz, milho, feijão e essa terra era trabalhada. Então cada vez que entrava o arador lá, erguia peça, erguia uma tijelinha, erguia uma mão de pilão, erguia um pilão, então eu ia guardando. Foi o que aconteceu, eu guardei tudo. (Entrevistado 6 - Professor Halim, proprietário da Fazenda Santa Filomena. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (53min 56s).

No sítio que era do meu pai a gente plantou café. A gente ia trabalhar na roça e achava aqueles montes de terra que eles falam ‘murundu’. Achava aquele monte de terra e a gente ‘cavucava’ ali com a inchada e dentro daquelas terras bem lá no fundo a gente achava pedaços de cerâmica. Cerâmica mesmo que fala? É cerâmica, e já ‘tava’ quebrada, tudo quebrada. Era tão bonito, porque naqueles pedaços de cerâmica, e era dos indígenas, eles pegavam “ca” unha e faziam trabalho naquele pedaço de cerâmica ali tinha trabalho. E quando não era com a unha eles pegava com a folha do coqueiro. Era a coisa mais linda, eu só olhava aqueles pedaços de cerâmica e aquelas folhas, pegava igual a folha de coqueiro. Não era muito grande não, era meio pequeno mas você olhava assim e dava pra ver que era folha de coqueiro e tinha muito coqueiro. E da unha também, a gente via, você colocava a unha ali, mesma coisa. A gente achou bastante, mas era tudo quebrado. Se a gente tivesse guardado tinha até hoje, E ali devia ter uma... uma tribo de índio porque ali onde era que a gente achava essa cerâmica tinha uma valeta, e naquela valeta corria uma água, corria uma aguinha naquela valeta, né. E ali naquele lugar era onde a gente achava, ‘cavucava’ e tinha um monte assim, só que inteiro a gente nunca achou ali dentro ‘tava’ tudo quebrado. Teve gente que achou pilão, com a mão, sabe a mão de pilão? Dentro do pilão tinha mão de pilão. Perfeito, só que era pequeno, não era grande não. Lá, lá nos dois palmito. Então, aí eu não sei, eu nem lembro porque tinha tanto vizinho e foi todo mundo embora, não morava mais ninguém lá e eles falavam que eles achavam o pilão com a mãozinha do pilão tudo certinho, mas ‘nóis’ nunca achou inteiro não. Na roça tinha o café, a gente ‘montuava’ aquele lixo, aquela palha, tem as folhas do café, a cana do milho e fazia aquela ‘lera’ e naquela ‘lera’ ali a gente jogava e ficava um monte de caco ali naquela ‘lera’ ali de terra, de cana de milho, e de café.(...) e quantas vezes a gente ia carpir ali, a gente sempre trabalhou na roça, ‘cê’ bater com a inchada ali e “tim, tim, tim” (a entrevistada imita o somido do atrito entre a inchada e a cerâmica), barulho de cerâmica.

(...) aí meu pai encontrou uma índia. Uma indígena. E foi conversando, falando... Aí ela pegou e falou assim pro meu pai: “Olha senhor, vou falar uma coisa pro senhor, se vocês achar um pote que não ‘teje’ quebrado que as vez tá perfeito, ‘ocês’ não coloca nada de comer dentro, nada, nada... porque é assim tem as crianças, e quando as crianças morrem, eles faz esses potes e neles é colocado o corpo dentro daquele pote e dentro daquele pote eles

coloca veneno. É veneno pra conservar”. Mas como fazia muitos anos, vai saber quantos anos fazia, né? Então não tinha nada mais, era só os pedaços de cerâmica. (Entrevistada 08 [12. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (60min 46s).

(...) eles viveram aqui desse riozinho aqui, o Cambará. Tem muito machadinho, panelinhas de pedra, ‘socadorzinho’, peças deles, ainda há. Então conforme foi tendo aquela guerra, os índios foram fugindo, aí eles foram vindo pra cá, pra esse lado, pro Leste. Então eles foram vindo e fazendo as habitações aqui, porque eles sempre procuravam as margens de rios né pra fazer suas moradias. Então eu tenho conhecimento sim, de cidades arqueológicas aqui do rio Cambará, que é um rio pequeno não sei se você conhece, antes do Ivaí, e do rio Ivaí também aqui, tanto das margens lá de São João do Ivaí quanto de São Pedro do Ivaí também tem muito sítio arqueológico. Quando eu era solteira, tinha uns 18 anos mais ou menos, eu fui passear na casa de uma colega minha em Fênix. E lá eles usavam panelinhas dos índios de pedra e aquele ‘socadorzinho’ como aparadores de porta. Aí eu fico pensando assim, que consciência? Hoje eu fico pensando.... (Entrevistada 13 [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (12min 14s).

Nota-se a presença de saberes indígenas – patrimônio imaterial - na fala da entrevistada 08 ao narrar o contato de seu pai com uma indígena. Sobre as práticas funerárias Guarani, não encontramos evidências nas bibliografias sobre líquidos utilizados com intencionalidade para a preservação dos mortos. Mas, conforme Cristante (2018), algumas vasilhas de acompanhamento das urnas poderiam “conter comida ou água, ou estarem no contexto apenas simbolicamente” (CRISTANTE, 2018, p. 197). Outro ponto importante é que se essa indígena sabia sobre as urnas funerárias, ela sabia muito provavelmente, pela memória oral, por meio de narrativas orais ela adquiriu esse conhecimento. É justamente nessa rememoração de saberes e fazeres, que temos constituído o patrimônio imaterial, uma vez que o imaterial é a fonte do patrimônio material (GALLOIS, 2006).

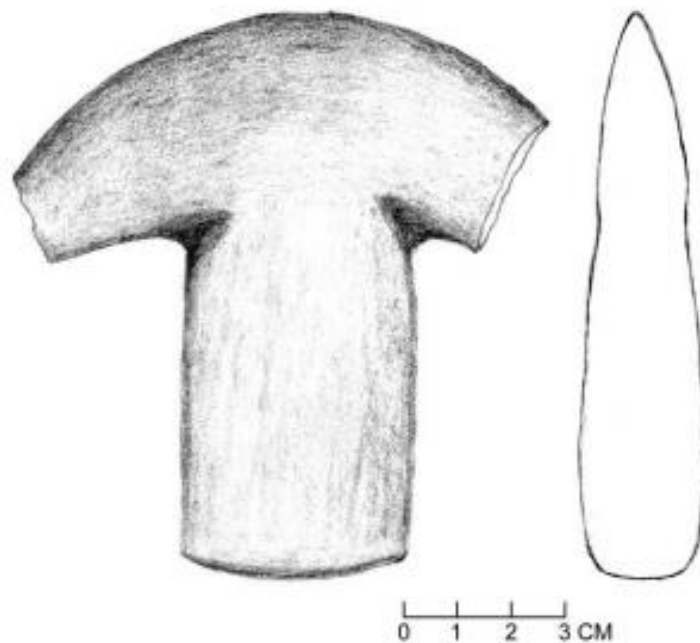
É relevante levarmos em consideração a relação da população local com a cultura material, até porque, foram eles que tiveram o primeiro contato com esses objetos, depois do grupo que os usou originalmente. Cristante (2018) ao mencionar Holtorf (2002) diz que:

a história de vida de um artefato engloba sua cadeia operatória de produção, os diversos usos que ele adquire enquanto circula pelo grupo que o produziu, sua deposição e transformação em registro arqueológico, seu resgate por arqueólogos/as ou pessoas da comunidade local, sua transformação em objeto de museu, entre outras coisas (CRISTANTE, 2018, p. 202).

Essa relação pode ser marcada por superstições, reutilização e principalmente afeto. Podemos considerar que os moradores partilham sentimentos comuns em relação ao patrimônio arqueológico. Esses moradores vivenciaram algum momento de suas vidas, no convívio afetivo entre familiares ou amigos, marcado pelo contato com esses objetos arqueológicos que foi descrito pelos entrevistados como uma experiência significativa em suas vidas.

Outro ponto interessante diz respeito a descrição dos materiais arqueológicos pelos moradores. O entrevistado 10 diz que em sua infância teve contato com um machadinho, não sabemos qual machado foi manuseado pelo entrevistado, mas temos conhecimento sobre a lâmina de machado ancoriforme, associado à Tradição Macro-Jê, encontrada no Sítio Dois Palmito:

Figura 6 - Fragmento de lâmina de machado ancoriforme polida.



Fonte: CHYMZ, 2019, p. 64.

Outro material arqueológico descrito pelos entrevistados 6 e 7 foram as pontas de projeteis presente em ocupação de caçadores-coletores vinculados à tradição arqueológicas Umbu, que de acordo com as pesquisas foram encontradas em sítios da região (CHYMZ, 2019):

Figura 7 – Pontas de projétil vinculadas a conjuntos da Tradição Umbu.



Fonte: BUENO; DIAS, 2015, p. 132.

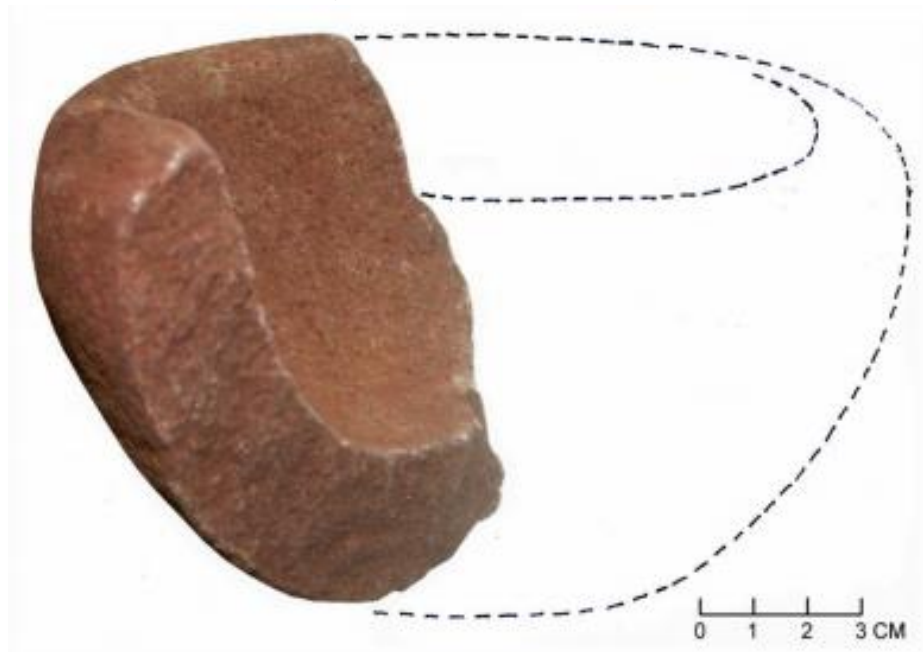
Entre as evidências de grupos ceramistas que se instalaram no local, predominam nas narrativas a tradição arqueológica Tupiguarani. Foram detectadas nas falas dos entrevistados 6 e 8 dois objetos da cultura material desse grupo: as vasilhas cerâmicas e o pilão com “socador” ou mão de pilão, objetos encontrados no Sítio Dois Palmito e relacionado à essa tradição arqueológica de acordo com os registros:

Fotografia 5 - Mão de pilão sobre núcleo de basalto



Fonte: Fonte: CHYMZ, 2019, p. 33.

Fotografia 6 - Reconstituição de pilão baseada em seu fragmento

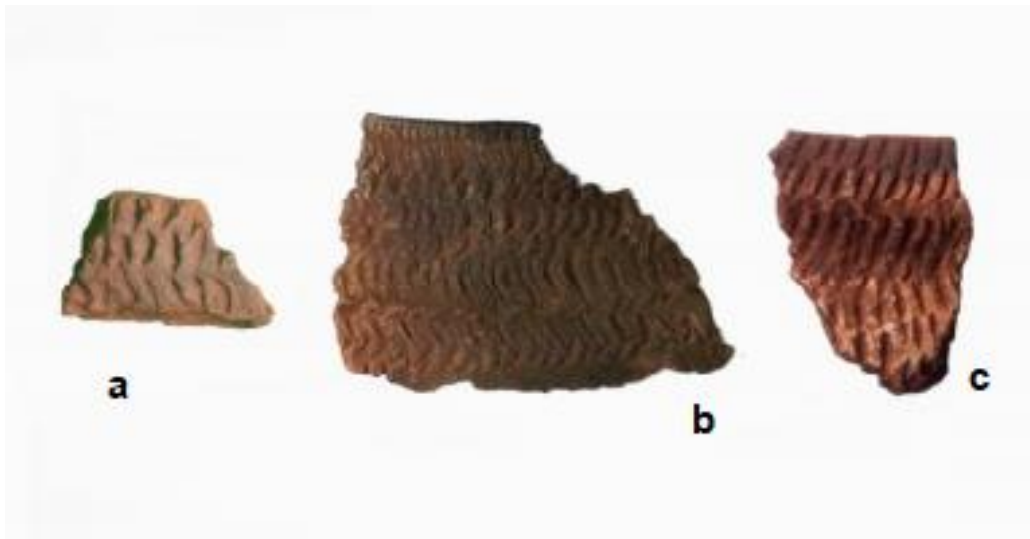


Fonte: Fonte: CHYMZ, 2019, p. 33.

A entrevistada 8 nos dá indícios de como eram as decorações dos fragmentos cerâmicos que encontrava na roça enquanto trabalhava com a plantação e colheita de café. Ela enfatiza o uso de impressões de folhas de coqueiro e o uso das unhas como forma decorativa. É denominado “ungulado”, de acordo com as pesquisadoras

Machado; Schneider; Schneider (2008) “o tratamento de superfície que consiste na expressão decorativa da ação frontal da unha, na forma de um arco, com sentido e formato de quem aplica” (MACHADO, SCHNEIDER; SCHNEIDER, 2008, p. 104).

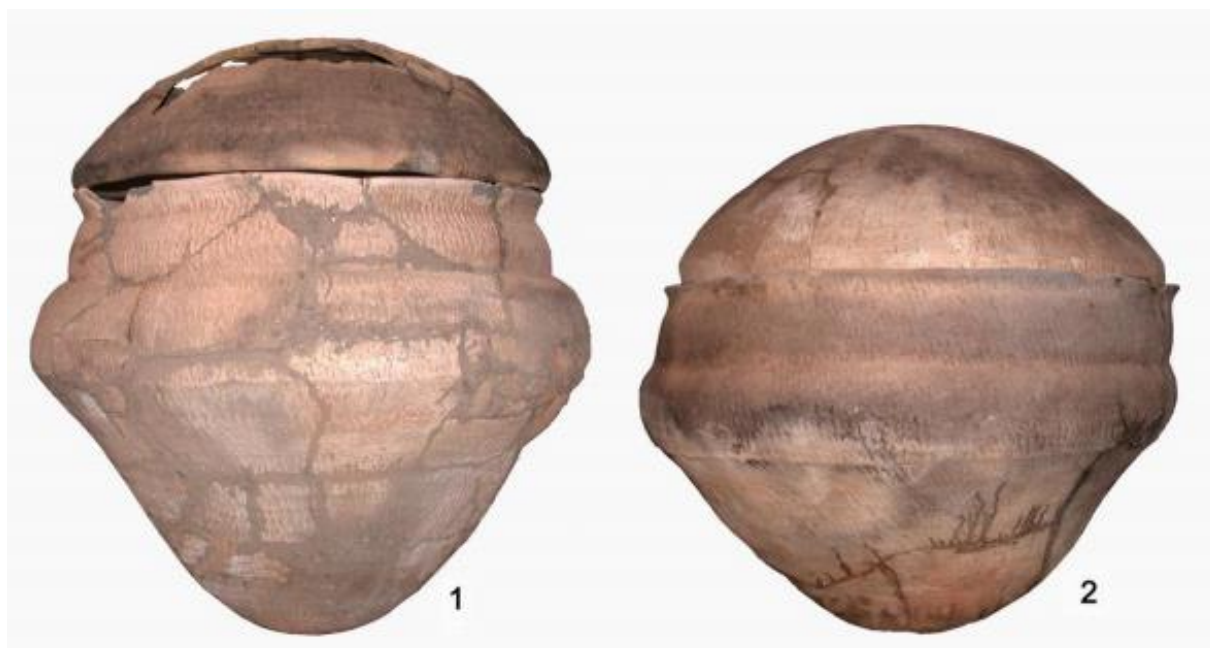
Fotografia 7 - Tipologia cerâmica: a) Ungulado, b e c) Ungulado tangente



Fonte: CHYMZ, 2019, p. 38.

Ainda de acordo a entrevistada 08, podemos perceber o relato a respeito dos fragmentos cerâmicos e as urnas funerárias. A tradição arqueológica Tupiguarani, normalmente sepultavam seus entes em recipientes rasos ou mesmo com outros vasilhames maiores como tampa (CHMYZ, 1974, p. 74). Molinari (2016) expõem que uma urna funerária de cerâmica foi encontrada à 100 metros da margem direita do rio Ivaí, no Sítio Arqueológico PR-FL- 29: Dois Palmitos, e em seu interior foi encontrado material ósseo do maxilar de um indígena adulto jovem.

Fotografia 8 - Conjuntos funerários 1 e 2 da área do sítio PR PL 29, resgatados e restaurados por Halim Russ Filho.



Fonte: Fonte: CHYMZ, 2019, p. 38.

Percebemos, portanto, que os moradores sabem que os objetos arqueológicos com que tiveram contato são frutos de produção indígena, contudo, o desconhecimento – apontado pelo maior número de entrevistados - sobre os indígenas nos faz concordar com a ideia de esquecimento sobre esses povos. Conforme Michel (2010) o esquecimento, paradoxalmente, acarreta o reconhecimento de que algo ocorreu (MICHEL, 2010, p.20-21). Ao narrarem sobre os materiais arqueológicos todos os entrevistados, sem nenhuma exceção, falam sobre indígenas mesmo não sabendo quais foram as etnias que viveram ali. Espontaneamente, no decorrer das entrevistas, todos os sujeitos consentiam que existiram indígenas ali no passado. Logo, os/as moradores/as adquiriram esse conhecimento pela experiência, pelo fato de viverem nessa região e se depararem com os objetos, uma vez que o patrimônio material está por toda parte, os/as moradores/as, literalmente, tropeçam nele, a memória emerge aos seus pés.

Existem comportamentos que estão incorporados em determinados grupo e são compartilhados entre os sujeitos (JELIN, 2002), destacamos o contato entre os sujeitos e o patrimônio arqueológico. Os relatos nos revelam que mesmo aqueles que

não tenham tido contato com os objetos, tem conhecimento de histórias sobre os materiais ou conhecem alguém ou algum lugar que tenha esses materiais arqueológicos. Importante verificar, conforme esclarecido no capítulo anterior, que o processo de lembrança não se trata necessariamente de grandes acontecimentos em si, pois dependem da carga afetiva e de sentido sobre o que se deve lembrar ou relembra.

Foi possível identificar o impacto dos entrevistados ao se darem conta de que aquele material, ao ser questionado, poderia ter algum valor mesmo que desconhecido por eles, e algumas entrevistas seguiram num sentido voltado à respeito da relação entre moradores e objetos, como foi o caso das entrevistadas:

“(...) eu tenho duas pedras, uma que é do pessoal amolar alguma coisa, ela parece um sapato. Tenho uma pedra que é tipo um machadinho, tenho lá pendurado lá em casa...”

E onde você encontrou essas peças? – questionei.

Essa peça que parece um amolador na beira do rio Ivaí, e o outro de um amigo meu, ele viu a minha pendurada e falou “Você gosta disso?” - eu disse que gosto, ele falou “então eu vou te dar uma que eu tenho lá em casa, é um machadinho”, eu falei então me dá! aí ele me deu. (...) como a gente brinca muito ali no piquenique, quando era criança a gente encontrava muito. Não sabia o valor daquilo, porque você quando é jovem não dá valor. Hoje que se dá mais valor, porque naquela época a gente não valorizava isso, encontrava e jogava. Inclusive falaram que eu não posso ficar com aquelas peças que eu tenho lá, que eu tenho que entregar pra eles (arqueólogos que faziam trabalho na cidade), falei que não vou dar não, tá guardado, tem muita gente que tem panelinha que é muito mais bonito e não entregou porque que eu vou entregar. (Entrevistada 02 [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (20min 21s).

(...) naquele tempo a gente era tão assim... não ia tão atrás dessas coisas sabe? Se fosse hoje, não. A família do meu marido morava bem aqui na beirada, perto da cidade e ‘nóis’ morava bem lá perto do Dois Palmito. Lá, lá no Dois palmito. Eu nem lembro porque tinha tanto vizinho e foi todo mundo embora, não morava mais ninguém lá e eles falavam que eles achavam o pilão com a mãozinha do pilão tudo certinho, mas ‘nóis’ nunca achou inteiro não.(...) se eu tivesse um pedaço daquela cerâmica aqui ele ia ver (apontando para o filho) e você ia ver, já pro seu trabalho ia ser bom, ia ser legal, não ia? Mas a gente nem...a gente arrancava e até atrapalhava... (Entrevistada 08 [12. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (60min 46s).

(...) eu tenho um pilão de pedra que era do meu pai... está guardado no nosso sítio em Mariza... (Entrevistada 01 [02. 2019]. Entrevistadora: Renata de Oliveira Manfio, 2019. Arquivo M4A (15min 12s).

Nos depoimentos, podemos notar traços em comum nas narrativas, na medida em que os sujeitos lembram dos artefatos de forma afetiva. A construção das memórias relacionada ao patrimônio estão ligadas ao campo do afeto, ligada diretamente às experiências pessoais. Essa memória afetiva, em âmbito individual, é essencial para os sujeitos de modo que permite acessar a sua própria história de vida, suas lembranças, sua identidade (SILVA, 2010). A entrevistada 8 lamenta que seu olhar sobre os fragmentos de cerâmica foi desdenhoso no passado, uma vez, que atrapalhavam seu trabalho em meio aos cafezais. Enquanto as entrevistadas 1 e 2 relatam ter posse de materiais arqueológicos e entendem a questão quanto à legislação que define que os achados arqueológicos como patrimônio público, bens de toda Nação. De modo geral, o movimento que promove o esquecimento deixou rastros, onde pudemos colher os fragmentos da história e cultura dos povos indígenas que permanecem nos objetos arqueológicos que circulam entre as casas e o imaginário dos moradores da cidade.

Compreende-se que o patrimônio circula no município a partir do momento em que os próprios moradores decidem incorporá-los em seu cotidiano, reutilizando-os como adornos decorativos em suas residências ou como brinquedos na infância entre outras funções, considerando o valor estético e mítico desses objetos para a população local. O contato entre peças arqueológicas e sujeitos locais transcorre como uma representação do passado, dado que inconscientemente ou não, essas pessoas entendem quanto a utilização desses objetos para as populações antigas e ao possuí-los poderão rememorar-los o quanto considerem necessário. Coloco-me de acordo, por um lado, com Pollak (1989), quanto à ideia de memórias em disputas, evidencio, então, as memórias subterrâneas em São Pedro do Ivaí de modo que o próprio patrimônio traz à superfície uma diversidade de memórias relacionadas a esses materiais. Por outro lado, é possível verificar que em São Pedro do Ivaí, o patrimônio arqueológico se encontra espalhado por toda parte seja debaixo da terra, seja no museu arqueológico Dois Palmito, seja na casa dos seus moradores, coletados ao longo de suas vidas. A questão que se evidencia é que os moradores não estão plenamente conscientes de que se trata de patrimônio cultural indígena e de sua importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada com uma aparente certeza: a de que o contato que os moradores tiveram em suas vidas com o patrimônio arqueológico seria em decorrência da instauração do museu no sítio Dois Palmito. A partir desse pressuposto, o objetivo de pesquisa foi compreender como os moradores constroem suas memórias em relação ao patrimônio arqueológico da região. O percurso metodológico foi realizado por meio de entrevistas, foi durante as entrevistas que nos surpreenderam com narrativas que foram além do contato com o museu arqueológico. Os moradores constroem suas memórias com os materiais arqueológicos diariamente, pois convivem com eles, o contato com o material arqueológico em São Pedro do Ivaí é uma prática cotidiana e a relação que os moradores tem com esses materiais são marcadas de afetividade e de lembranças que recordam esses momentos.

Procurou-se demonstrar evidências científicas nas memórias que foram narradas, ressaltando debates historiográficos sobre os povos indígenas da região e principalmente quanto à última frente “colonizadora” do estado do Paraná. Ainda, foi trazido o relatório do Sítio Arqueológico Dois Palmitos (o único que consegui acesso dentre os tantos sítios da região) para demonstrar as pesquisas de cunho arqueológico que foram realizadas na região, evidenciando, portanto, os grupos e os materiais arqueológicos que foram encontrados. Materiais, que, conforme demonstrado, tiveram (e têm) contato com os moradores.

Todos contribuíram com as suas lembranças, me doaram acontecimentos que não testemunhei, e, de fato, concederam acontecimentos, estes também, que os próprios não testemunharam com os seus olhos, mas receberam de seus familiares. Isso me faz retomar um dos pontos que alicerçaram o recorte da pesquisa, a memória e esquecimento. Pude perceber a falta de interesse no que diz respeito à preservação desse patrimônio, nesse trabalho não temos a intenção de discutir as políticas públicas relacionada ao patrimônio arqueológico do município, contudo, ressaltamos a importância da difusão das pesquisas arqueológicas para que a população tenha conhecimento e se conscientize perante a preservação desse patrimônio. Tal afirmação, no entanto, deve ser esclarecida através da descoberta da história da região, de modo a se construir um conhecimento do processo que pode ter contribuído

fortemente para o distanciamento da população local de suas origens indígenas na região.

Destaco aqui, que as cerâmicas e a representação de um/a indígena na biblioteca municipal podem ser vistas por quem passa por ali, portanto, esse patrimônio não está totalmente submerso e esquecido. Há claramente uma conjunção de lembrança e de esquecimento em São Pedro do Ivaí em relação ao patrimônio cultural indígena. Esse esquecimento parece dever-se à falta de educação patrimonial sistematizada da população. Se por um lado alguns moradores dizem que desconhecem esse patrimônio, presença cultural indígena, a própria fala dos entrevistados/as, conforme observamos, os contradiz. Importante pensarmos como o esquecimento acarreta essa discordância ou esse não reconhecimento/negação. Além disso, é interesse percebermos que os objetos não carregam o “status” de patrimônio, os/as moradores/as sabem pela experiência e intuição, mas não sabem formalmente porque há essa dissonância quanto ao patrimônio cultural.

Aponto também, que as relações de poder permitem a reprodução das relações de dominação, pensamos então, como a colonialidade exerce poder de visibilizar alguns e invisibilizar outros. Os discursos criados para alimentar a memória da região foram baseados em um discurso de desaparecimento indígena, de “vazio demográfico” de uma política traçada com objetivos que atendiam à necessidade de justificativa da extinção desses povos para então servir a expansão das frentes pioneiras de colonização, da expansão capitalista que procurou implantar também o imaginário de que o processo colonialista aconteceu de forma harmoniosa e pacífica.

Finalizo esse trabalho refletindo sobre a necessidade de projetos voltados à educação patrimonial na região, pois acreditamos na necessidade de estimular e despertar o interesse e a comunicação a respeito das diversas narrativas que podem ser construídas junto ao patrimônio cultural, e principalmente, a importância da conscientização quanto à conservação e manutenção do patrimônio como base na memória dos povos originários da região. O preceito básico neste sentido é que os objetos arqueológicos, independentemente de pertencerem ao passado remoto ou ao mundo contemporâneo, têm a capacidade de ser interrogado e de gerar narrativas que considerem a existência de povos indígenas na região e valorizar o patrimônio material e imaterial desses povos que fazem parte das memórias da região, considerando que se trata de patrimônio em risco.

REFERÊNCIAS

- ADUM, Sonia Maria S. L. **Historiografia norte paranaense: alguns apontamentos. Temas e questões: para o ensino de história do Paraná.** Organizado por Regina Célia Allegro et al., Londrina, Eduel, 2008, pp. 1-26.
- BALTAZAR, A. **Patrimônio cultural: técnicas de arquivamento e introdução à Museologia.** Batatais: Claretiano, 2011.
- BARRETO, C. **Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, Suplemento 3: 201-212, 1999.
- BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. **Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro.** Estudos Avançados vol.29 no.83. São Paulo Jan./Apr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100119. Acesso: 10 mar. 2021.
- BLASI, Oldemar. **Aplicação do método arqueológico no estudo da estrutura agrária de Vila Rica do Espírito Santo, Fênix, PR.** Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História. Curitiba, n. 4, p. 1-13, 1963.
- CALVEIRO, Pilar. Los usos políticos de la memoria. En **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta.** Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 369-382.
- CARDOSO, Suelen Andrade. **Villa Rica Del Espiritu Santo: Estudo Histórico De Uma Cidade Espanhola No Paraná (1570-1632).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação de História da Universidade Estadual de Maringá, 2015.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná,** 1975.
- COSTA, DIOGO M. **Algumas Abordagens Teóricas Na Arqueologia Histórica Brasileira.** Revista Ciencia E Cultura. Vol.65 No.2 São Paulo Apr./June 2013. Issn 2317-6660 Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252013000200012&script=sci_arttext. Acesso em 10 mar. 2021.
- COPÉ, Silva M; ROSA, Carolina A. D. **A arqueologia como uma prática interpretativa do passado no presente.** Ciências Humanas: pesquisa e método. (pp.97- 124). Ed.1, Porto Alegre: Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2008
- CHMYZ, Igor. **Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá.** Cadernos de Arqueologia. Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, 1 (1): 7-103, 1976.
- _____. **A Arqueologia Da Área Da LT 750kv Ivaiporã-Itaberá III - Paraná-São Paulo.** Arqueologia: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, CEPA. Curitiba, 2008.

_____. **Arqueologia de Curitiba**. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba, v. 21, n. 105. p. 5 - 54. 1995.

_____. **Dados sobre a arqueologia do Vale do Paranapanema**. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 6:59-73, 1967.

_____. Dados arqueológicos do baixo Paranapanema e do alto rio Paraná. Publicações Avulsas. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, n. 26, p. 67-90. 1974.

_____. **Projeto de Implementação de Sítio Arqueológico Escola. São Pedro do Ivaí-Paraná**. Curso de Especialização em Arqueologia, Departamento de Geografia – Universidade Estadual de Maringá. Curitiba, 2019.

_____. **Terminologia arqueológica brasileira para cerâmica**. Segunda edição revista e ampliada. Cadernos de Arqueologia. Universidade Federal do Paraná (1): 119148, 1976.

CRISTANTE, Mariana Alves Pereira. **Arqueologia das práticas mortuárias de grupos Tupinambá e Guarani**. Clio Arqueológica, V33N2, p. 184-245, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246337> Acesso em: 10 mar. 2021.

FERNANDES, Tatiana. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia pública no Brasil**. São Paulo: USP. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007.

FERREIRA. Lúcio Menezes. **Essas Coisas Não Lhes Pertencem: Relações Entre Legislação Arqueológica, Cultura Material E Comunidades**. Revista de Arqueologia Pública, n.7.Campinas:LAP/NEPAM/UNICAMP.ISSN:2237-8294, julho 2013.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. **O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares**. Diálogos, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v.9, n.1, 2005, p.34.

FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. **Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil**. Revista História. Vol 27 no 2. Franca, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200002> Acesso 10 mar. 2021.

GALLOIS, Dominique T. **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas Exemplos no Amapá e norte do Pará**. Iepé, 2006.

GALVÃO. Edna Maria. Memória Social E Transdisciplinaridade. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas** - Ano 08, número 13- ISSN 1676- 2924, 2008.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, V., FARIAS, F. R., GONDAR, J. (Orgs). **Por que memória social?** (Edição especial da Revista Morpheus, Estudos interdisciplinares em memória social, v. 9, n. 15). Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 19-40

_____, Jô. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera. (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, Valdir. **Colonização do Norte do Paraná: um olhar na perspectiva da administração e do meio ambiente.** Revista Sociedade e Território, Natal, v. 27, nº 1, p. 87-100 jan/jun. 2015.

GOMES, Almiraiva Ferraz; SANTANA, Wesley Gusmão P. **A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração.** Caderno EBAPE.BR vol.8 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2010. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000100002>. Acesso em 10 mar. 2021.

HERBERTS, A. L.; COMERLATO, F. **Produção de materiais educativos sobre a Arqueologia regional para a área da Uhe barra grande.** Santa Catarina, 2007.

HIERA, Mitchel Druz; VERCEZI, Jaqueline Telma. **A Questão Ambiental No Processo De Colonização Do Norte Central Paranaense.** Porto Alegre; ENG: 2010.

JACQUES, Clarisse Callegari. Os Sentidos da Cultura Material e da Memória no Cotidiano das Famílias da Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi. LAP – **Revista de Arqueologia Pública.** Campinas n. 8, dez. 2013.

JELIN. Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Siglo XXI de España Editores, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ. M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, N. T. G. SCHNEIDER, P. SCHNEIDER, F. **Análise parcial sobre a cerâmica arqueológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.** Cerâmica 54, 2008. P. 103-109. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ce/v54n329/a1554329.pdf>> Acesso em 10 mar. 2021.

MARTINS, Bruna M. L. **Villa Rica Del Espiritu Santo: entre o projeto de construção de uma usina hidrelétrica e a defesa do bem cultural.** IV Congresso Internacional de História – Universidade Estadual de Maringá. ISSN: 2175-4446. Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/468_trabalho.pdf> Acesso em 10 mar. 2021.

MOLINARI, Sonia L. **MORFOLOGIA DO CANAL INCISIVO E DO FORAME INCISIVO DE ÍNDIO TUPI-GUARANI - relato de caso.** Trabalho de Conclusão de Curso Especialização em Arqueologia. Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, 2016.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang. A História Épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Parangá, Edições Maringá, 2ªed., 2008.

_____, Lúcio Tadeu. Campo Mourão: os Territórios do Cacique Kuaracibera dos Guarani, ou os Pahy-Ke-Rê dos Kaingang, ou os Campos do Mourão dos Conquistadores Portugueses In: MEZZOMO, Frank Antônio; HAHN, Fábio André; PÁTARO, Cristina Satiê. (orgs). **Constituições de territórios paranaenses: olhares da história**. Campo Mourão: Ed. FECILCAM, 2012.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas: PPGMP, v.2, n.3, ago.-nov., 2010. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/ich/memoriemrede/site/revista/edicao-03/> . Acesso: 10 mar. 2021.

NOVAK, Éder da Silva. Tekoha E Emã: **A Luta Das Populações Indígenas Por Seus Territórios E A Política Indigenista No Paraná Da Primeira República – 1889 A 1930**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

NUNES, Everardo Duarte. **Pequeno guia/vocabulário para a utilização da história arqueológica como instrumento de pesquisa qualitativa**. Interface, vol.6 no.10 Botucatu Feb. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832002000100016>>. Acesso em 10 mar. 2021.

PARELLADA, Claudia Inês. **Análise Da Malha Urbana De Villa Rica Del Espirito Santo (1589-1632) / Fênix-Pr**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 5: 51-61, 1995.

_____. Arqueologia das fortificações no Paraná. In: LINO, J.F. & FUNARI, P.P.A. (org.). **Arqueologia da guerra e do conflito**. Erechim: Editora Habilis, 2013. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/3822>> Acesso em 10 mar. 2021.

_____. **Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: Paisagens Memórias e transformações**. In: Revista memorare v.1, n. 1, p. 24 – 42. 2013.

_____. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia- Brasil, trecho X, Paraná**. Tese (Doutorado). São Paulo: USP. 2005.

_____. **Resistência E Mudança Guarani: A Linguagem Visual Nas Missões Jesuíticas Do Guairá (1610-1631)**. X RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul: “Culturas, encontros e desigualdades” GT48 – Pensando el cambio entre los Guaraníes: situaciones, contextos y escalas de análisis Curitiba – Paraná (Brasil), 2011.

_____. **Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara: Dados Etno-históricos e o Acervo do Museu Paranaense**. Revista Arqueologia, 21:97-111, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. Rev. Bras. Hist. vol.26 no.51 São Paulo Jan./June 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007> Acesso em 10 mar. 2021.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRONAPA. **Arqueologia brasileira em 1968**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Siglo del Hombre Editores. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 2007.

RESTREPO, E; ROJAS A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Ed. Universidad del Cauca, Popayán. Colômbia, 2012.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF**. XVIII Encontro regional ANPUH-MG. Mariana-MG, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf Acesso em 10 mar. 2021.

SANTOS, Claristella. CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti. LEITE, Marinete Neves. O patrimônio arqueológico rupestre no agreste pernambucano: a comunidade em foco. **Revista Arqueologia Pública**. Campinas, n. 6, p. 6-16, dez. 2012.

SERRA, Elpidio. **Grilagens de terra e conflitos rurais: o lado perverso da colonização no Paraná**. Revista RaeGa. Curitiba, v.46, p.58-74, Março 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/55396>>. Acesso 10 mar. 2021.

_____, Elpidio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1991.

SILVA, Maria Angelita; MULLER, Verônica Regina. **Cultura Da Infância Xetá: O Que A Criança Xetá Tem A Dizer Para Nós?** Seminário de Pesquisa do Programa Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2011.

SILVA, Veruska A. S. da. **Memória e afetividade: A importância das emoções nas Trajetórias Sociais**. OPSIS, 8(11), 59-76. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/o.v8i11.9354>>. Acesso em 10 mar. 2021.

SOUZA, Laize Carvalho de. **Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social.** In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30., p. 80-97, Jul-Dez. 2018.

_____. **Arqueologia Pública e sua práxis social.** In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30., p. 80-97, Jul-Dez. 2018.

SOUZA LIMA, A. C. de. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre o discurso e a prática da proteção fraternal no Brasil. In: **Sociedades indígenas e Indigenismo no Brasil.** Rio de Janeiro; São Paulo, UFRJ; Marco Zero, 1987.

SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABE, Alejandro. Arqueología, colonialidad, modernidade. In: **Arqueología y decolonialidad.** Ediciones del signo, Buenos Aires, 2016.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

TOMAZI, Nelson. **“Norte do Paraná”: história e fantasmagorias.** 1997. 338 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOMMASINO, Kimiye. **A história Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento.** São Paulo: FFLCH – USP, Tese de Doutorado, 1995.

_____. **Educação escolar indígena no Paraná.** Revista Mediações, v.8, n.1, p.71-98, Londrina .2003.

_____. **Sociedades Indígenas no Paraná. In: E ASSIM COMEÇOU A HISTÓRIA QUE JÁ HAVIA COMEÇADO.** MEC/SEF - APEART BRASÍLIA 2000.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VASQUEZ, Félix. **La memoria como acción social.** Editora Paidos, Barcelona. 2001.

ZUSE, Silvana. **Os Guarani e a Redução Jesuítica: tradição e mudança técnica na cadeia operatória de confecção dos artefatos cerâmicos do sítio Pedra Grande e entorno.** Universidade de São Paulo - Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2009.

FILMOGRAFIA

SEVERO, Fernando. *Xetá.* WG7BR Audiovisual, 2006. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v= aUyib-tAlo>> Acesso 10 fev. 2021.

APÊNDICE

APENDICE A - QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS EM SÃO PEDRO DO IVAÍ-PARANÁ

QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS EM SÃO PEDRO DO IVAÍ-PARANÁ

- 1) Você é morador(a) da cidade a quanto tempo?
- 2) Estudou aqui em São Pedro do Ivaí?
**Na sua escola você já ouviu falar povos originários que viveram nessas terras?*
- 3) Você pode me contar a história da cidade?
- 4) Você tem conhecimento sobre os Guarani dessa região?
- 5) E sobre os kaingang?
- 6) E sobre os jesuítas?
- 7) Você conhece alguma história/lenda sobre esses povos ou sobre a cidade de São Pedro do Ivaí?
- 8) Você sabe onde foram esses povos indígenas?
- 9) Existe na cidade descendentes indígena?
- 10) O que você sabe sobre o patrimônio arqueológico da cidade?
- 11) Você compreende que a cidade tem um considerável valor histórico? Por quê?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação **Renata de Oliveira Manfio**, do mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que pode ser contatada pelo e-mail renataomanfio@gmail.com. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores e ex-moradores da cidade de São Pedro do Ivaí-PR, visando, por parte da referida aluna a realização como parte integrante de sua dissertação de mestrado. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui apenas a finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, caso venha solicitar, assegurando assim minha privacidade. A discente providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Nome: _____

Assinatura

São Pedro do Ivaí, ____ de _____ de 2019

ANEXOS

ANEXO I – RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Relação das pessoas entrevistadas em São Pedro do Ivaí-PR.

ENTREVISTAS	MULHER / HOMEM	MORADORA/OR DA CIDADE HÁ QUANTO TEMPO?	ESCOLARIDADE
ENTREVISTA 1	MULHER	57 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 2	MULHER	19 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 3	HOMEM	69 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 4	HOMEM	62 ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL
ENTREVISTA 5	HOMEM	36 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 6	HOMEM	Não reside, mas tem propriedade no município.	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 7	MULHER	14 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 8	MULHER	66 ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL
ENTREVISTA 9	MULHER	69 ANOS	ENSINO MÉDIO
ENTREVISTA 10	HOMEM	14 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 11	HOMEM	54 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 12	HOMEM	40 ANOS	ENSINO MÉDIO
ENTREVISTA 13	MULHER	56 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 14	MULHER	64 ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL
ENTREVISTA 15	MULHER	28 ANOS	ENSINO SUPERIOR
ENTREVISTA 16	MULHER	69 ANOS	ENSINO MÉDIO